



POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS REVISITADA

MAIO/2023



RedesFito

Inovação em Medicamentos da Biodiversidade



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundaçāo Oswaldo Cruz



POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS

R E V I S I T A D A

Este documento registra a relatoria do Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada, realizado pelas RedesFito e pelo Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde / Farmanguinhos / Fiocruz, apresentando uma síntese dos debates realizados. Os vídeos do Webinário com o conteúdo, autorizado pelos participantes, no que diz respeito ao direito de imagem, estão disponibilizados no Canal RedesFito no YouTube.

RIO DE JANEIRO
MAIO / 2023

POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS

R E V I S I T A D A

Ficha Catalográfica elaborada pela
Biblioteca de Medicamentos e Fitomedicamentos/ Farmanguinhos / FIOCRUZ - RJ

P769 Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada / Glauco de Kruse Villas Bôas, Jefferson Pereira Caldas dos Santos, Mayara de Azeredo Rezende (orgs). - Rio de Janeiro: CIBS, 2023.
60p. : il. color.

e-ISBN 978-65-980644-0-2.

Registra a relatoria do Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada realizado pela RedesFito e pelo Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CIBS)/Farmanguinhos/Fiocruz.

1. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. 2. Fitoterápicos. 3. Inovação. 4. Biodiversidade. 5. Conhecimento específico. 6. Conhecimento científico. 7. Gestão. 8. Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. I. Glauco de Kruse Villas Bôas. II. Jefferson Pereira Caldas dos Santos. III. Mayara de Azeredo Rezende. IV. Título.

CDD 615

DOI: 10.32712/978-65-980644-0-2

ORGANIZAÇÃO

O Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada foi organizado pelas RedesFito e Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CIBS)/ Farmanguinhos/Fiocruz, contando com a seguinte equipe:

COORDENAÇÃO GERAL

Glauco de Kruse Villas Bôas
Jefferson Pereira Caldas dos Santos
Mayara de Azeredo Rezende

LOGÍSTICA

Vítor Gomes Cardoso

COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE

Denise Monteiro da Silva
Eugênio Fernandes Telles

PROJETO GRÁFICO

Eugênio Fernandes Telles

RELATORIA

Aline Estacio Ribeiro de Mattos
Anne Caroline de Souza Abdala de Lima
Maria Helena Durães Alves Monteiro
Preciosa de Jesus Meireles de Oliveira
Rebeca de Lima Pereira da Silva
Rosane de Albuquerque dos Santos Abreu

SECRETARIADO

Juliana de Amorim Barreto
Luana Antônio de Oliveira
Rosane de Albuquerque dos Santos Abreu

PARCERIAS

Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI)
Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)

AGRADECIMENTOS

Em nome das RedesFito, agradecemos a todos que contribuíram na concepção e organização do Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos Revisitada, percebendo a sua importância e atualidade, animando-nos continuamente para sua realização.

De todas essas pessoas que nos ajudaram, agradecemos especialmente ao Dr. Hermano de Castro, Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde / Fiocruz; ao Dr. Rodrigo Corrêa, então Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas / Fiocruz; ao Dr. Jorge Mendonça, Diretor de Farmanguinhos / Fiocruz; à Dra. Adriana Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; ao Dr. Antônio Carlos Bezerra, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA); ao Dr. Norberto Prestes, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI); à Dra. Henriqueta Sacramento, do Programa de Fitoterapia e Práticas Integrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória / ES; à Dra. Islândia Maria de Carvalho de Sousa, Coordenadora Executiva do ObservaPics / Fiocruz; à Dra. Manuela da Silva, conselheira do CGEn pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e à Kátia Torres, consultora em Práticas Integrativas e Complementares.

O nosso muito obrigado!



SUMÁRIO

Introdução	6
Programação	9
Documento Norteador	12
Relatoria	17
Mesa de Abertura	17
Mesa 2: Distinção entre PNPMF e PNPIIC	24
Mesa 3: Foco na inovação e biodiversidade	27
Mesa 4: Conhecimento tradicional e científico na inovação em fitoterápicos	29
Mesa 5: A transversalidade das diretrizes da PNPMF	33
Mesa 6: Implantação e financiamento do programa da PNPMF	42
Mesa 7: Novas perspectivas para o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do programa da PNPMF	49
Encerramento	57
Leitura da Carta do Webinário para encaminhamento à Sra. Ministra da Saúde	57



INTRODUÇÃO

Nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2023, a RedesFito realizou o Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos revisitada que teve como objetivo rever a PNPMF após dezessete anos de sua implantação, seus avanços, retrocessos e principais produtos, propondo novas perspectivas para sua real implantação, a partir da contribuição dos diversos ministérios envolvidos com a PNPMF e seu Programa, além da participação de representantes de instituições científicas, assim como da Sociedade Civil.

O debate sobre a PNPMF, o seu Programa e seu Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi organizado em sete mesas durante esses três dias, abordando os seguintes temas: Distinção entre PNPMF e PNPC; Foco na Inovação da biodiversidade; Conhecimento tradicional e científico na inovação em fitoterápicos; A transversalidade da PNPMF; Implementação e financiamento do programa da PNPMF; Novas perspectivas para o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Programa da PNPMF. Apresentamos, a seguir, as principais proposições formuladas durante o encontro, a serem consideradas no processo de revisão, avaliação e retomada do Programa:

1. Distinguir, obrigatoriamente, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.
2. Criar mecanismos para contemplar as farmácias vivas nas diretrizes e ações do Programa.
3. Promover a articulação intersetorial, entre ministérios, setores públicos e privados, para garantir uma Política inovadora.
4. Realizar uma profunda reflexão sobre o conhecimento tradicional e a forma pela qual se relaciona com a fitoterapia, não podendo estar asfixiado por normas que se quer compreendam sua dimensão.
5. Organizar nacionalmente a informação de base científica, genética e molecular através de plataformas e base de dados, democratizando seu acesso.
6. Organizar um espaço coletivo para estabelecer um novo marco regulatório construído através de um Acordo Intersetorial Regulatório.
7. Estabelecer um modelo lógico de gestão que permita analisar ações inconsistentes permitindo a correção da implantação do Programa.

8. Estabelecer uma estratégia nacional para fitoterápicos integrada ao Sistema Nacional de Saúde e ao Sistema Nacional de Inovação.
9. Organizar o financiamento da PNPMF, a partir de sua integração a um Sistema Nacional de Inovação e Saúde.
10. Criar uma governança específica para a Política, permitindo o financiamento e fomento para o mapeamento das cadeias produtivas e dos Arranjos Produtivos Locais, sendo fundamental a atenção às interconexões e transversalidades.
11. Promover parcerias entre Centros de Ciência e Tecnologia, Indústrias e comunidades, para elaboração de acordos relacionados ao acesso e repartição de benefícios.
12. Incluir a sociobiodiversidade e a bioeconomia como componentes relevantes para a atualização da política.
13. Considerar para as novas ações do Programa, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a ser atualizada no primeiro semestre de 2024.
14. Estabelecer instituições de referência como responsáveis das principais áreas do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, sendo a Fiocruz uma referência nas áreas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico & Inovação, assim como na área de Comunicação e Informação.
15. Aumentar a participação da sociedade civil no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Programa, ressaltando a contribuição das sociedades científicas na contribuição da ampliação e consolidação da PNPMF.
16. Fortalecer a participação das comunidades indígenas, quilombolas, representantes de terreiro, agricultura familiar tradicional, raizeiras, ervaneiros, curandeiras, mateiros na composição no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do programa da PNPMF.
17. Fortalecer as ações conjuntas em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI) e Associação Brasileira das Empresas do Setor de Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção à Saúde (ABIFISA).
18. Estabelecer gerenciamento de um Comitê Nacional, que permita a formação de grupos de trabalho por biomas, para o estabelecimento de metas claras e específicas.

Convidamos todos a conhecer mais profundamente os debates ocorridos durante o Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos revisitada, apresentados a seguir.

Boa leitura.

PROGRAMAÇÃO

29.05 SEG

MESA DE ABERTURA SAUDAÇÕES E BOAS-VINDAS

Adriana Miranda de Castro, representando o Hermano de Castro, da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VAAPS / FIOCRUZ).

Jorge Souza Mendonça, Diretor de Farmanguinhos / Fiocruz.

Glauco de Kruse Villas Bôas, Coordenador do Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CIBS / Farmanguinhos / Fiocruz).

Jefferson Pereira Caldas dos Santos, Coordenador das RedesFito, CIBS / Farmanguinhos / Fiocruz.

Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional (Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional)

Olivo Dambros, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Socioambiental (Ministério de Desenvolvimento Agrário)

Ana Luiza Araaes de Alencar Assis, Representante do Departamento do Patrimônio Genético (Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima)

Cleila Guimarães Pimenta Bosio, Diretora do Departamento de Bioinsumos Estratégicos da Saúde (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços)

Mariana Nunes de Moura Souza, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Indicadores de Ciência e Tecnologia (Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação)

Rita Silvana Santana dos Santos, Coordenadora-Geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade (Ministério da Educação)

Edi Freitas de Paula, Coordenador de Projeto do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro (Ministério da Cultura)

Daniel César Nunes Cardoso, Representante do Departamento de Assistência Farmacêutica (Ministério da Saúde)

Nélio Cézar de Aquino, Gerente-Geral de Medicamentos (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)

MESA 2 DIFERENÇA ENTRE POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS E POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

Henriqueta Tereza Sacramento, Coordenadora do Programa de Fitoterapia e Práticas Integrativas, da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória / ES - Tema: "Trajetória do movimento de fitoterapia no Brasil".

Islândia Maria Carvalho de Sousa, Coordenadora do Observatório Nacional de Práticas e Saberes Tradicionais, Integrativas e Complementares em Saúde - Tema: "Abrangência e limites da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares".

Dirceu Brás Aparecido Barbano, ex-Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica / Ministério da Saúde, ex-Diretor da Agência Nacional Vigilância Sanitária e Consultor - Tema: "Circunstâncias da formulação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

MESA 3 FOCO NA INOVAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Ana Lúcia Delgado Assad, ex-Coordenadora da área de biotecnologia do MCTI e consultora na área - Tema: "Inovação na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos".

Ana Luiza Araaes de Alencar Assis, Representante do Departamento do Patrimônio Genético, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima - Tema: "Desafios ao lidar com a biodiversidade na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos".

30.05 T E R

MESA 4 CONHECIMENTO TRADICIONAL E CIENTÍFICO NA INOVAÇÃO EM FITOTERÁPICOS

Nurit Rachel Bensusan, Coordenadora Adjunta do Instituto Socioambiental com atuação em Políticas Públicas na área de conservação da biodiversidade - Tema: "Desafio do conhecimento tradicional em plantas medicinais para uso e produção".

Manuela da Silva, Gerente-Geral do Biobanco COVID-19 da Fiocruz e Representante da SBPC no novo Conselho do CGEn - Tema: "O status atual da Lei n° 13.123/2015".

Vanderlan da Silva Bolzani, Docente da UNESP, Coordenadora do Projeto BIOTA-FAPESP e ex-presidente da SBPC - Tema: "Os avanços da ciência na bioprospecção".

MESA 5 A TRANSVERSALIDADE DAS DIRETRIZES DA PNPMF

Vitarque Lucas Paes Coelho, Representante da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - Tema: "O programa de Bioeconomia e o desenvolvimento regional sustentável (BIOREGIO)".

Ana Luiza Araaes de Alencar Assis, Representante do Departamento do Patrimônio Genético, do Ministério de Meio Ambiente e Mudança de Clima - Tema: "Lacunas nas diretrizes da PNPMF relacionadas ao meio ambiente".

Joseane Carvalho Costa, Coordenadora-Geral de Acesso e Conservação dos Biomas, Sociobiodiversidade e Bens Comuns, do Ministério de Desenvolvimento Agrário - Tema: "Hiato no âmbito do desenvolvimento agrário para implementação das diretrizes da PNPMF".

Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Saúde, do Departamento de Programas Temáticos, da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos - SEPPE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Tema: "Articulação ou desarticulação das diretrizes da PNPMF no âmbito da ciência e tecnologia".

Rita Silvana Santana dos Santos, Coordenadora-Geral de Educação Ambiental para a Diversidade e Sustentabilidade, do Ministério de Educação - Tema: "Mudanças institucionais na aplicação das diretrizes da PNPMF".

Daniel César Nunes Cardoso, Representante do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde - Tema "O papel do Ministério da Saúde como Coordenador do Programa".

Glauco de Kruse Villas Bôas, Coordenador do Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde / Farmanguinhos / Fiocruz e Titular pela Fiocruz na elaboração do Programa da PNPMF - Tema: "O papel da Fiocruz enquanto ICT nas diretrizes da PNPMF".

Norberto Rech, Titular pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária na elaboração do Programa da PNPMF - Tema: "A regulação prevista nas diretrizes da PNPMF".

MESA 6 IMPLANTAÇÃO E FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DA PNPMF

Kátia Regina Torres, Consultora em Práticas Integrativas e Complementares e Consultora do DAF/Ministério da Saúde no período de 2007-2020 para construção e implantação do Programa da PNPMF - Tema: "Modelo de gestão e características da implantação do programa".

Daniel César Nunes Cardozo, Representante do Departamento da Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde - Tema: "Realizações e dificuldades pós-implantação do programa".

Paula Ribeiro Bastos Gonzaga, Diretora de Operações da REDETEC - Tema: "Aspectos relacionados ao financiamento da PNPMF e sua transversalidade".

31.05 Q U A**MESA 7 NOVAS PERSPECTIVAS PARA O COMITÊ NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS DO PROGRAMA DA PNPMF**

Daniel César Nunes Cardozo, Representante do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde.

Aimberê Jardim, Representante da Direção de Saúde do Movimento Sem Terra.

Mary Anne Medeiros Bandeira, Presidente da Associação Brasileira de Farmácias Vivas (ABFV).

Luzia Kalyne Almeida Moreira Leal, Presidente da Sociedade Brasileira de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (SBPM).

Lourdes Cardozo Laureano, Representante da Associação Nacional de Agroecologia (ANA).

Ana Cláudia Dias de Oliveira, Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA).

Julino Assunção Rodrigues Soares Neto, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI);

Anny Margaly Maciel Trentini, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde (ABIFISA);

José Carlos Tavares Carvalho, Representante do Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (CABSIN).

DOCUMENTO NORTEADOR

POR QUE REVISITAR A POLÍTICA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS?

Em 2006 foi publicada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), através do Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006^[1]. Passados dezessete anos de sua publicação e a interrupção dos trabalhos do Comitê Nacional na gestão de seu Programa^[2] nos últimos anos, revisitá-la representa uma contribuição efetiva diante dos novos cenários políticos, considerando a centralidade da biodiversidade, da inovação e dos modelos produtivos sustentáveis. As mudanças de natureza macroeconômica, vislumbradas neste novo momento político, favorecem a realização deste importante debate, que tangencia a questão da soberania nacional, no que diz respeito tanto à biodiversidade brasileira, quanto à inovação na área farmacêutica. O panorama atual indica um retorno à configuração própria das democracias contemporâneas, que pressupõe a capacidade do Estado em planejar e realizar a gestão, técnica ou política, a coexistência e independência de poderes e vigência de direitos da cidadania.

Para revisitá-la serão consideradas suas teorias, práticas e resultados, seus aspectos sociais e políticos, seu financiamento, assim como seus diferentes valores e saberes envolvidos.

É digno de nota que o mesmo ano da publicação da PNPMF registra também a publicação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), tornando necessário fazer uma distinção entre as duas. Apesar de terem sido motivadas por um movimento em defesa da Fitoterapia e inspiradas na ampliação da expansão da atenção primária, na perspectiva integrativa do cuidado das diferentes rationalidades médicas, trazida ainda na Conferência de Alma Ata, na década de 1970, tem objetivos marcadamente distintos. A PNPIC incentivou a implantação das práticas integrativas e complementares, tais como: Medicina Tradicional Chinesa, Homeopatia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Termalismo e Medicina Antroposófica, enquanto a PNPMF visava o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional. Pode-se dizer que o fato da publicação de políticas tão diversas na mesma época promoveu uma tensão para a organização de um marco regulatório, tendo sido início bastante conturbado.

Os conceitos teóricos relacionados à inovação e à biodiversidade, respectivamente, permearam a formulação da PNPMF e seu Programa, influenciando suas diretrizes no que diz respeito ao manejo sustentável de plantas medicinais, capacitação técnica voltada para a pesquisa, tecnologia e inovação a partir da biodiversidade brasileira, promovendo o acesso seguro, eficaz e de qualidade. Entretanto, é importante registrar que a adoção do conceito de inovação e seus derivados como sistemas nacionais de inovação, e sistemas nacionais de inovação em saúde nas políticas públicas, ainda eram muito incipientes e desarticulados no Brasil em 2006. Além disso, em relação à biodiversidade e o acesso ao patrimônio genético a situação era semelhante. Anos seguidos de medida provisória a respeito do acesso e repartição de benefícios vigente da época, somados à organização do marco regulatório antes mesmo da implantação do Programa, resultaram na incerteza para as iniciativas relacionadas à inovação a partir da biodiversidade.

O conhecimento tradicional foi outro conceito muito debatido na PNPMF, apesar de o marco legal da biodiversidade, Lei n° 13.123/15^[3], só ter sido publicado em 2015. O debate entre conhecimento tradicional e conhecimento científico permanece válido e atual.

As diretrizes da PNPMF refletem sua transversalidade, impactando os seus resultados, assumindo o desafio de conciliar os interesses econômicos, políticos e sociais, dos seus diferentes atores (pessoas, grupos e / ou instituições) que participaram direta ou indiretamente da formulação, implantação e avaliação dos resultados. É importante ressaltar que, para além da demanda resultante do movimento a favor da Fitoterapia, a participação da sociedade civil, após a implantação da política, ficou restrita apenas ao conselho nacional responsável pela gestão do Programa da PNPMF.

Outro elemento a ser discutido é quanto ao financiamento e suporte relacionados à PNPMF, ou mesmo às outras políticas correlatas. A análise do papel e da atuação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos poderá evidenciar as iniciativas bem-sucedidas decorrentes da gestão na implantação do programa. Seria possível pensar em um esquema de gestão de baixo para cima (*bottom up*) a partir dos biomas e de Arranjos Produtivos Locais (APLs)?

Por fim, concordamos com a afirmação de que no campo político, as políticas públicas não são únicas, convivendo com diferentes formas concorrentes ou coexistentes tais como o corporativismo, o populismo, entre outros^[4].

O texto da PNPMF nos esclarece que:

“no intuito de estabelecer as diretrizes para a atuação do governo na área de plantas medicinais e fitoterápicos, elaborou-se a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, que se constitui parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira. O Brasil é o país de maior biodiversidade do planeta que, associada a uma rica diversidade étnica e cultural que detém um valioso conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais, tem o potencial necessário para desenvolvimento de pesquisas com resultados em tecnologias e terapêuticas apropriadas”^[1](pág. 09).

Diz ainda que:

“diretrizes e linhas prioritárias para o desenvolvimento de ações pelos diversos parceiros em torno de objetivos comuns voltados à garantia do acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país, ao desenvolvimento de tecnologias e inovações, assim como ao fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e ao desenvolvimento do Complexo Produtivo da Saúde”^[1] (pág. 10).

Destacamos, entretanto, que os medicamentos de origem vegetal representavam uma oportunidade para a indústria farmacêutica na década de 2000, entendendo-se a categoria de medicamentos denominada “fitoterápicos”^[5] como parte destes medicamentos. A outra parte seria relacionada aos medicamentos desenvolvidos a partir da identificação e isolamento de novos fármacos (fitofármacos), constituindo, desta forma, outro caminho para a organização de um sistema de inovação em medicamentos de origem vegetal. Infelizmente, a PNPMF não faz essa distinção, estando focada apenas nas plantas medicinais e nos fitoterápicos, apesar de que a flora brasileira seja extremamente vasta e as combinações entre metabólitos secundários úteis (fitofármacos) em diferentes ecossistemas sejam incontáveis. Outra observação digna de nota é o fato que as plantas medicinais, à época da edição da política, não eram consideradas medicamentos pela agência reguladora.

Em uma análise da política realizada em 2008^[6], verificou-se a utilização do termo Fitoterapia sem levar em consideração os diferentes níveis de complexidade, considerando aspectos culturais, étnicos e produtivos, os quais certamente contribuíram para o desempenho das atividades previstas nas diretrizes da PNPMF. Sugere-se uma reflexão sobre tais níveis de complexidade:

Primário: uso de plantas por populações tradicionais e popular, aonde o conhecimento vem da própria cultura. Este nível merece atenção e recursos para estudos e organização, devendo estar com sua autonomia protegida pela regulação sanitária.

Secundário: este nível visa recuperar e organizar os aspectos relacionados ao conhecimento tradicional e científico, abrangendo desde a identificação botânica, o manejo agroecológico, o beneficiamento e a farmacotécnica devendo ser considerado nombito das farmácias.

Terciário: este nível o desenvolvimento e a produção de fitoterápicos estariam relacionados a indústria farmacêutica e à ideia de escala para garantir o acesso.

Quaternário: no último nível de complexidade, estariam previstas ações conjuntas de ICTs, universidades e governo com propostas claras de estabelecer mecanismos para inovações através de tecnologias de ponta, bem como para as questões de propriedade intelectual.

Considerando a sua atualidade e importancia, convidamos todos a revisit a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. A programação do Webinário foi elaborada abordando os principais assuntos supracitados.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. **Decreto nº 5.813**, de 22 de junho de 2006. Aprova Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2006. [Link]
2. Brasil. **Portaria Interministerial nº 2.960**, 09 de setembro de 2008. Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 dez.. 2008. Seção 1, nº 240, p. [Link]
3. Brasil. **Lei nº 13.123**, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1º, a alínea j do Artigo 8º, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no

2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 de maio de 2015. [Link]

4. Di Giovanni G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Cad Pesq.** 2009; 82: 1-29. [Link]

5. Villas Bôas GK, Gadelha CAG. Oportunidades na indústria de medicamentos e a lógica do desenvolvimento local baseado nos biomas brasileiros: bases para a discussão de uma política nacional. **Cad Saúde Públ.** 2007; 23: 1463-1471. [Link]

6. Villas Bôas GK. Buss PM, Carvalheiro JR, Casas CPR. Medicamentos no Brasil: Inovação e acesso. 22^a ed. 2008; 1: 307-318. [Link]

RELATORIA

MESA DE ABERTURA

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi inspirada no debate ocorrido na Conferência da Organização Mundial da Saúde em Alma Ata, na década de 1970, que visava ampliar os cuidados primários para atender ao seu mote: “saúde para todos no ano 2000”. Para a área farmacêutica, foi adotada uma perspectiva de racionalização de seus programas, com a elaboração de listas de medicamentos essenciais, visando aumentar o acesso das populações aos mesmos. Seguindo a lógica de ampliação da base dos cuidados em saúde, a conferência propôs a incorporação das chamadas medicinas tradicionais, que à época se referiam à chinesa e india. A partir de então, o movimento a favor da Fitoterapia no Brasil percorreu diversas instâncias até a publicação de duas políticas relacionadas, sendo a primeira Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006, que se refere a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, e a segunda, o Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, que se refere a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Adriana Miranda de Castro, representante da Vice-presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, agradeceu o convite e reiterou a forma transversal com que essa Vice-presidência desenvolve suas políticas. Destacou também a importância do conhecimento tradicional dos povos originários, alertando que não basta ter somente as ervas, mas que é preciso cuidar do território, da água e de outros elementos de forma sustentável, com uma abordagem agroecológica para proporcionar melhor qualidade de vida, não apenas a quem produz, mas a todos os povos. Para isso, é necessário guiar-se pelos determinantes socioambientais da saúde nas ações em defesa da Fitoterapia e atingir os objetivos previstos na PNPMF. Desta forma, a Vice-presidência vê a importância do evento para a discussão da PNPMF.

Jorge Souza Mendonça, Diretor de Farmanguinhos / Fiocruz, parabenizou a equipe do CIBS e agradeceu a participação. Considerando o tema atual, falou da importância da biodiversidade, destacando a valorização do conhecimento tradicional e a experiência que o Brasil tem sobre desenvolvimento tecnológico nessa área para que sejam disponibilizados medicamentos da biodiversidade de maneira sustentável à população brasileira.

Jefferson Pereira Caldas dos Santos, Coordenador das RedesFito, saudou os representantes da mesa de abertura, expressando o enorme prazer e satisfação das RedesFito ter promovido este espaço com a premente tarefa de discutir, avaliar e revisitar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Comprometeu-se em nome das Redes em promover e construir, de forma constante, espaços como esse, onde o debate e a construção de uma visão estratégica sejam colocadas como prioridades. Esclareceu ainda que as RedesFito representam uma Rede de trocas de saberes voltadas para inovação em medicamentos da biodiversidade. Em seguida, apresentou a dinâmica e a programação do Webinário, desejando um ótimo encontro, rico de discussões, que aponte novos caminhos, fortalecendo a inovação biodiversa na promoção da saúde e desenvolvimento do país.

Adriana Melo Alves, Secretária Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional, agradeceu o convite da Fiocruz de participar desse Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos revisitada que tem total aderência com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Esclareceu que a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial do MIDR está com uma estratégia muito clara de valorização da bioeconomia com o propósito de desenvolvimento regional, trabalhando as oportunidades das regiões e dos biomas, Amazônia, Caatinga e Cerrado na produção de insumos para fármacos, medicamentos, fitoterápicos tendo como base toda a potencialidade regional. Ressaltou que a parceria com a Fiocruz não é de agora, sendo de longa data, e tem trazido frutos muito interessantes no tocante à estruturação de cadeias produtivas vinculadas à biodiversidade das regiões prioritárias, valorizando os potenciais latentes do território, estruturando as cadeias produtivas atreladas a essa produção, para fortalecer cada vez mais as iniciativas que promovam a inclusão de pequenos e médios produtores, suas associações, cooperativas e comunidades tradicionais. Destacou ainda, uma parceria recente com o Ministério da Saúde, no que diz respeito à agenda do Complexo Econômico Industrial da Saúde, que vai além da produção de insumos, valorizando as regiões para trabalhar outras frentes de serviços especializados, bem como a produção industrial associadas ao Sistema de Saúde. Por fim, parabeniza a Fiocruz pela iniciativa de debater e revisitar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, permitindo a inserção da dimensão regional neste debate. Afirmou, finalmente, que existe um potencial que precisa ser bem aproveitado e que o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, em parceria com a Fiocruz, está apoiando essas diversas iniciativas em curso.

Olivo Dambros, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Socioambiental do Ministério de Desenvolvimento Agrário, cumprimentou os presentes, afirmando que o MDA está trabalhando a Bioeconomia em parceria com a Fiocruz, além da articulação com outras instituições, como Itaipu. Afirmou que as propostas de governo estão voltadas para o campo progressista, abrangendo ecologia, sustentabilidade, água e a crítica ao consumismo. Hoje, tais ações reconhecem a importância dos povos tradicionais, facilitando crédito, atuando na formação técnica na área de plantas medicinais. Citou o projeto Dom Helder, no Nordeste, em que está prevista a inclusão das plantas medicinais. Sua proposta é trabalhar com os territórios rurais, sustentáveis, com cidadania. A reestruturação da PNPMF deve avançar além das farmácias vivas, dando um passo a mais na direção dos medicamentos. O ministério deseja participar da reconstrução do Programa, com um plano para as plantas medicinais e aromáticas.

Ana Luiza Assis, do Departamento de Patrimônio Genético, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, esclarece que o Brasil é um dos países com a maior biodiversidade do mundo, e a conservação dessa biodiversidade está fortemente relacionada à diversidade cultural e simbólica dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em cujos territórios essa biodiversidade é mantida e manejada. Cada um desses grupos possui relação própria com uma gama de espécies vegetais, animais e microorganismos, com os ambientes e as paisagens nos quais vivem, e possuem assim um conhecimento acumulado sobre esses organismos e ecossistemas que é vivo e dinâmico, sendo constituído por inúmeras redes de informação e inovação e trazendo resiliência e capacidade de adaptação às mudanças históricas e ambientais. Embora os avanços no sentido de reconhecer a contribuição desses povos à conservação da biodiversidade desde a Convenção de Diversidade Biológica, ainda não se pode dizer do mesmo reconhecimento quando se fala da inovação. O Departamento de Patrimônio Genético da Secretaria de Bioeconomia do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, acompanha como secretaria executiva do CGen os cadastros de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados, ou seja, as pesquisas e os desenvolvimentos tecnológicos realizados com a biodiversidade brasileira, bem como as notificações de produtos acabados oriundos desses acessos. No contexto das plantas medicinais e fitoterápicos, a maioria dos cadastros de acesso ao patrimônio genético de plantas medicinais brasileiras ainda se refere apenas ao patrimônio genético, ignorando que muitas dessas pesquisas tenham partido do conhecimento tradicional e popular a respeito do uso e das propriedades dessas plantas. Outros cadastros de acesso, embora reconheçam o acesso ao conhecimento tradicional associado, o categorizam como conhecimento tradicional de origem não identificável, mesmo quando existem povos e

comunidades que detém o conhecimento e mantém as práticas tradicionais de uso medicinal destas plantas. Assim, é importante que os pesquisadores e as instituições responsáveis pelos processos de inovação reconheçam o acesso ao conhecimento tradicional proveniente de livros, publicações, inventários e bancos de dados (fontes secundárias), que saibam que quando um ou mais grupos sociais são detentores de tais conhecimentos (conhecimento difuso), que esse conhecimento é de origem identificável. Além disso, as cadeias produtivas de plantas medicinais brasileiras são muito diversas e incluem tanto cadeias curtas de mercados regionais de plantas secas, e chás; como cadeias de óleos e outros produtos com pouco beneficiamento e produtos intermediários; assim como cadeias extremamente complexas que envolvem a indústria de química fina, exportações e mercados internacionais. Em toda essa diversidade de cadeias produtivas é muito comum a presença dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, em geral como fornecedores de matéria prima, e não participando dos processos de maior agregação de valor. Assim, as cadeias de inovação de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil, como visão de futuro, precisam: (1) consolidar o uso de plantas da biodiversidade brasileira; (2) reconhecer e incluir os povos e comunidades tradicionais - guardiões da biodiversidade - em seus processos de desenvolvimento tecnológico; e (3) na medida do interesse deles, nos processos produtivos de maior valor agregado. Além disso, talvez a longo prazo, é preciso que o Sistema Único de Saúde tenha a sua disposição medicamentos com segurança e eficácia que tenham sido produzidos (desde a fase da inovação) de acordo com as práticas da medicina tradicional brasileira, de cada um desses grupos, em quantidade suficiente para o atendimento da população.

Cleila Bosio, Diretora do Departamento de Bioinssumos Estratégicos da Saúde, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, comentou que participou do processo de formulação da política quando a segurança, a qualidade e a eficácia eram tidos como seus principais pilares. Desde então, verificou avanços do marco regulatório e sanitário, bem como na legislação de acesso ao patrimônio genético. Para ela, apesar da incorporação de novas tecnologias relacionadas aos fitoterápicos no SUS, existem questões que precisam ser melhoradas tais como o reduzido número de plantas, tais como vistas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Finalizou, esclarecendo que a sustentabilidade e o Complexo Econômico Industrial da Saúde estão no escopo do MDIC e que considera a importância da inserção dos fitoterápicos no processo de neoindustrialização em curso.

Mariana Moura, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica e Indicadores de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, iniciou sua fala lembrando que a ciência, hoje, sai de um período de quatro a seis anos de destroçamento e redução de financiamento, mas que agora vive um momento de retomada com a recomposição do Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, abrindo oportunidades para o país. Esclareceu, ainda, que esse planejamento considera na sua elaboração diretrizes que apontam eixos estruturantes, de forma a permitir um transbordamento para várias áreas, por exemplo, o mapeamento do genoma da biodiversidade e da sociobiodiversidade para áreas de medicamentos, cosméticos e novos materiais. Considera prioritário para o Ministério, o mapeamento da biodiversidade e também um investimento no conhecimento tradicional brasileiro.

Rita Silvana, Coordenadora-geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade do Ministério da Educação, destacou o reconhecimento da educação na PNPMF, ressaltando a promoção da Educação Ambiental, desde a educação básica, até a superior. A ideia é trazer o uso das plantas medicinais para além das disciplinas, no estabelecimento de diálogos que fortaleçam a Educação Ambiental como um dos caminhos para a PNPMF. Destacou, finalmente, que as diretrizes para educação devem considerar o tripé: sustentabilidade, povos originários e sociedade produtiva.

Edi Freitas de Paula, Coordenadora de Projeto do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, do Ministério da Cultura, relatou que a Fundação Palmares mapeou ao todo 3583 comunidades tradicionais quilombolas, protetoras de seus territórios e detentoras do conhecimento tradicional, o que inclui plantas medicinais e biodiversidade. Nessas comunidades, suas histórias e culturas são transmitidas oralmente. A proposta inclui a garantia do acesso a essas comunidades e ao mesmo tempo, envolvê-las na produção do conhecimento, sendo importante a valorização dos mestres dos saberes e fazeres. Esclarece que o MinC se disponibiliza para envolver as comunidades na retomada da PNPMF, considerando o conhecimento tradicional associado às mesmas.

Daniel Nunes, do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde, iniciou sua fala dizendo que gostaria de ver as áreas atuando e avançando, mas que ainda vê a grande dificuldade da transversalidade. Cada um que falou trouxe a sua realidade de seu ministério. Vê a dificuldade de se sair do plano das ideias. Já são dezessete anos desde o lançamento da PNPMF e ainda vê dificuldade na articulação entre agricultura familiar e fitoterápicos. Viu avanços, mas ainda muita dificuldade na implementação. A política pode contribuir para a ecologia, o desenvolvimento sustentável. No entanto, há uma timidez para resolver questões estruturantes. Ela tem de ir ao cerne e não ao apêndice conhecendo o trabalho das

farmácias vivas, o trabalho dos pesquisadores. O campo está pronto, hoje temos o mesmo governo da época de sua elaboração, mas somam aos desafios a defesa da democracia. Propõe Fitoterapia mais defesa da democracia, com geração de renda, aproveitamento da produção. É preciso refazer a transversalidade e questionar quando as coisas não acontecem. Por que fazer Fitoterapia? Entre outras questões.

Nélio Cézar de Aquino, Gerente-geral de Medicamentos, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, descreveu que nos dezessete anos de PNPMF, as áreas técnicas da ANVISA se dedicaram a cumprir com o que estava descrito nas suas diretrizes, no que diz respeito às normas sanitárias relacionadas a fitoterápicos e seus derivados, observou-se a elaboração das monografias de plantas medicinais, a nova Farmacopeia Brasileira, o Memento Fitoterápico e Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira. Recentemente, após estabelecimento de comitê técnico específico com especialistas de todas as regiões do país, a Agência publicou normas que regulamentam as Farmácias Vivas, incorporando fitoterápicos e o produto tradicional fitoterápico. Além disso, citou a publicação de guias e do Consolidado de Normas da Coordenação de Medicamentos Fitoterápicos e Dinamizados (COFID). Destacou ainda a participação do órgão em editais de pesquisa e acompanhamento de estudos, além dos demais assuntos regulatórios, como limites de resíduos agrotóxicos em plantas medicinais e fitoterápicos, com incentivo à agricultura orgânica, e fiscalização da comercialização de fitoterápicos. A ANVISA realizou, no período, webinários e ações de divulgação científica, no sítio eletrônico e em eventos técnicos, científicos e também políticos sobre plantas medicinais. Os materiais informativos publicados sobre plantas medicinais e todo o material estão disponíveis gratuitamente no site da Agência. Ressaltou ainda, que a ANVISA faz parte do comitê gestor no grupo de plantas medicinais da Organização Mundial da Saúde para a regulação internacional dos Fitoterápicos e ainda presta consultoria a países sobre a regulação de fitoterápicos pelo reconhecimento internacional. Ressaltou a importância da equipe dedicada e comprometida. Considera que a ANVISA precisa estar inserida na revisitação da PNPMF por sua relevância na regulamentação com vistas à qualidade, eficácia e segurança das plantas medicinais e fitoterápicos essenciais na promoção da saúde e cumprimento das metas estabelecidas na PNPMF.

Em seguida, **Glauco Villas Bôas, Coordenador do Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde**, apresentou uma palestra com o título “Por que revisitar a PNPMF?”. Descreveu que o Brasil vive um momento político favorável às políticas públicas, retornando uma configuração própria das democracias, a capacidade do Estado em planejar e realizar a gestão, técnica ou política, mantendo a coexistência e independência de poderes e vigência de direitos da cidadania. É possível que a

necessidade de pensar caminhos para um desenvolvimento sustentável capaz de promover mudanças significativas no modo de produção e consumo, requeridas pelo estado de emergência climática instalado em todo o mundo, tenha motivado a robusta ação transversal já implantada pelo governo brasileiro, indicando a Bioeconomia e o Complexo Econômico Industrial da Saúde como princípios propulsores e articuladores das políticas públicas de diversos setores. Este novo panorama apresenta avanços conceituais relacionados a inovação em saúde, a biodiversidade como também ao conhecimento tradicional. Para se manter o foco, revisitlar a PNPMF irá requerer fazer a distinção das Práticas Integrativas e Complementares, sendo estas uma outra política e não a mesma, que deve também ser atualizada. A inovação e biodiversidade merecerão um debate cuidadoso, uma vez que dezessete anos atrás eram conceitos incipientes desenvolvidos de um lado pela academia, que descrevia um sistema nacional de inovação e por outro por uma antiga legislação a respeito da biodiversidade cujas ações eram restritas a uma medida provisória sobre o acesso ao patrimônio genético e distribuição de benefícios. Ainda será necessário neste processo, harmonizar o conhecimento tradicional e científico previsto na Política considerando toda a evolução que envolve os dois conceitos. Por fim, uma avaliação de sua implantação deverá ser debatida examinando a transversalidade das diretrizes da PNPMF, seu modelo de gestão, sua proposta de financiamento para que então possam ser resumidas suas realizações e dificuldades. O porquê desta iniciativa pode ser entendido como uma necessidade de elaboração, através de amplo debate, de um relatório detalhado, uma contribuição para o novo Governo do Brasil, para o Ministério da Saúde que abriga a política, para todos os ministérios aqui envolvidos bem como para todas as instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil que dialogam com a PNPMF e desejam participar da revitalização de seu programa.

MESA 2 DISTINÇÃO ENTRE PNPMF E PNPLIC

A despeito do fato das políticas PNPMF e PNPLIC terem sido publicadas no mesmo ano, é fundamental a distinção entre as duas, comparando-se as diferentes formulações, objetivos e implantação. Para tanto, esta mesa contou com três conferências. A primeira, sobre o histórico do movimento pró-Fitoterapia. A segunda, esclarecendo a PNPLIC e a inserção da Fitoterapia no SUS enquanto um direito. A última, resgatando o objetivo geral da PNPMF de garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.

Henriqueta Sacramento, Coordenadora do Programa de Fitoterapia e Práticas Integrativas, da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, apresentou o tema “trajetória do movimento pela Fitoterapia no Brasil”. Ao iniciar sua fala, agradeceu o convite, relatando sua participação no referido movimento, trazendo um resgate histórico sobre o tema. Abordou que esse movimento em defesa pela Fitoterapia no país enquanto uma política pública, nasceu no momento de pressões populares por movimentos sociais e comunitários que lutavam por melhoria de condições de saúde da população, pois na época o acesso aos medicamentos sintéticos era precário e os movimentos comunitários estavam em defesa de uma saúde pública acessível e universal. Mencionou também a Declaração de Alma Ata, explicando que a partir dela iniciaram-se os movimentos reivindicatórios pelas práticas populares e alternativas, tendo a inserção de plantas medicinais e a Fitoterapia. A palestrante relatou que na década dos anos 1980, o movimento pela Fitoterapia cresceu também a partir das igrejas católicas, parteiras e rezadeiras através de seus saberes, com o objetivo de uma saúde plena para a sociedade e contribuindo para a promoção da saúde. Enfatizou que a história da Fitoterapia nasceu junto com movimentos populares que já utilizavam plantas medicinais, dos trabalhadores da saúde. Ela ainda citou a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que recomenda a valorização das práticas tradicionais, respeitando o conhecimento tradicional e mencionou o SUS como direito humano à saúde, retroalimentando a democracia e ampliando o conceito de saúde. Ressaltou a importância do Encontro de Carpina (1986 que foi um marco histórico em defesa de uma política de plantas medicinais e Fitoterapia para uma Fitoterapia pública de qualidade, respeitando os saberes populares e valorizando a flora brasileira. Mencionou os integrantes do grupo na luta em defesa da política de plantas medicinais e fitoterápicos, destacando os eventos importantes, como os Encontros e Jornada Brasileira de Fitoterapia no SUS e a formação de uma associação brasileira de profissionais de Fitoterapia para conseguir apoio no Ministério da Saúde. Mencionou, ainda, a importância da criação

de uma sociedade brasileira de plantas medicinais por pesquisadores, professores universitários e profissionais de saúde para fortalecer o acesso a plantas medicinais/Fitoterapia, garantindo o fomento necessário. Ressaltou que a institucionalização da PNPMF (mesmo ano da PNPICT), não é o suficiente para parar de atuar, participar das discussões e cobrar, e sim como um “instrumento de potencialização”. Em 2017, a Portaria de Consolidação Nº 2 incluiu a PNPMF como uma política de promoção, proteção e recuperação da saúde. Abordou também que durante o Programa foi instituído um Comitê (finalizado em 2016) para acompanhamento da política com a participação dos movimentos populares e foi notado pouco investimento e discussão acerca da política. Versou sobre o crescimento da Fitoterapia no SUS e sua implantação em vários municípios. Destacou a construção de uma carta para o Ministério da Saúde e órgãos competentes para a garantia das diretrizes, com reivindicações para apoio para farmácias vivas na Política e no Programa de plantas medicinais e fitoterápicos e falou de uma petição em relação a PNPICT para trazer melhorias para a Política.

Islândia Maria Carvalho de Sousa, Coordenadora Executiva do ObservaPics / Fiocruz, apresentou o tema “Aabrangência e limites da PNPICT”, apontando que ainda há muitas barreiras a serem enfrentadas após dezessete anos do lançamento da política. Ressaltou que o “leque” foi ampliado nos últimos anos para as PICs, por conta dos grandes movimentos populares, e que ainda não são vistas como estratégias de cuidado no Sistema Único de Saúde. Citou os desafios de hoje para as práticas integrativas, como o financiamento e capacitação de profissionais, destacando que a Fitoterapia vai além de um recurso terapêutico. Ressaltou que as PICs também são estratégicas e têm poucos investimentos em pesquisas, gerando preconceito e desconhecimento. Outro desafio mencionado foi o mercado com *marketing* negativo, promovendo práticas duvidosas e cursos de formação de terapeutas *online* com carga horária de 24 horas. Mencionou a prática de raizeiros e rezadeiras que são práticas fundadas culturalmente e a importância de outras práticas que precisam ser revisitadas no SUS. Destacou que as PICs não são panaceias, e que quanto às possibilidades e avanços, a própria política vem avançando em diversas capitais com a implantação de práticas integrativas que são estratégicas para a atenção primária à saúde. Observou-se que os profissionais da saúde são protagonistas da PNPMF, apesar do baixo investimento e da Fitoterapia ser uma prática transversal que deve dialogar de forma mais potente com outros ministérios. Destacou que nesses dezessete anos, houve a oportunidade de discutir de forma atual, valorizando e ampliando as práticas profissionais. Mencionou que há 1200 grupos estudando as PICs em relação a dores, doenças crônicas, saúde mental e destacou o desafio da saúde mental e de que maneira as PICs e a Fitoterapia podem se inserir neste assunto como formas alternativas de tratamento em relação às terapêuticas convencionais.

Glauco Villas Bôas, Coordenador do Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde / Farmanguinhos / Fiocruz, apresentou o tema circunstâncias da formulação da PNPMF, iniciando com a explicação sobre a substituição do Dirceu Barbano e a ausência do MAPA no webinário. Agradeceu também a palestra da Henriqueta que trouxe todo o movimento histórico acerca dos fitoterápicos e destacou que as políticas são frutos de ideias e movimentos e que muitas tinham inspiração nas diretrizes da OMS que obedeciam a uma visão de saúde para todos, nos anos 2000. Falou da atuação da atenção primária e da ANVISA, importantíssimas para o Brasil, questionando-se de como se daria a autonomia na produção de medicamentos, se o Brasil é 90% dependente de matéria-prima para a produção de medicamentos. Assim sendo, os fitoterápicos constituem uma alternativa robusta, aumentando a soberania na produção de medicamentos. Mencionou que na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a população teve o direito de escolha por diversas práticas terapêuticas, enfatizando que a PNPMF não se refere às PICs e sim às plantas medicinais e fitoterápicos, ocasionando uma confusão já que ocorreram no mesmo momento. Destacou ainda que há diferença entre as políticas e a necessidade de uma atenção especial entre elas. Neste sentido, reforçou que o objetivo deste Webinário é rever, propor modelos de gestão e financiamento para se atingir a transversalidade e compreender que o atual cenário é promissor, uma vez que se põe em questão os conceitos de Bioeconomia e do Complexo Econômico Industrial da Saúde, como parte da promoção da saúde. Finalmente, ressaltou a necessidade de aprofundar o resgate da tradicionalidade, gerando implicações regulatórias e que o uso milenar tem que ser aceito.

MESA 3 FOCO NA INOVAÇÃO E BIODIVERSIDADE

É importante ressaltar o pioneirismo da PNPMF em focalizar a inovação e a biodiversidade, considerando que o país só veio a contar com um novo marco legal da biodiversidade em 2015. Por outro lado, o conceito de inovação e de sistemas de inovação só veio à público no Brasil no início dos anos 2000, impedindo uma visão sistêmica mais robusta da inovação fosse considerada nos textos da PNPMF. Este tema contou com duas conferências que discutem os hiatos político conceituais, pós edição da política, tanto no que diz respeito à inovação quanto à biodiversidade.

Ana Lúcia Delgado Assad, ex-Coordenadora de Biotecnologia e Saúde do Ministério da Ciência e Tecnologia, apresentou o tema “A Inovação na PNPMF”, destacando os desafios, importância das plantas medicinais e o interesse da sociedade na utilização dos fitoterápicos. Na sua visão, as plantas medicinais na perspectiva da Bioeconomia, representam uma fonte de crescimento econômico e social. O cenário dos anos 2000 registrava a aprovação da Convenção da Diversidade Biológica, culminando com o estabelecimento de uma medida provisória voltada ao acesso do patrimônio genético e repartição de benefícios, e ainda apontava discussões amplas sobre tecnologias e políticas públicas relacionadas à saúde, biodiversidade e meio ambiente. Para ela, poucas diretrizes associadas à inovação, tais como a formação técnico-científica e a capacitação do setor de plantas medicinais e fitoterápicos, foram cumpridas, alegando que embora o tema seja de grande transversalidade, carece ainda de integração entre as áreas profissionais, o compartilhamento de informações e a inclusão dos fitoterápicos na educação. Destacou que para uma produção de fitoterápicos ser viável, é necessário pensar na cadeia completa que integra a produção de insumos com quantidade, o manejo sustentável, a etnofarmacologia, farmacovigilância e os serviços farmacêuticos.

Na sua visão de governança é necessária uma articulação intersetorial, entre ministérios, setores públicos e privados, para uma política nacional de plantas medicinais inovadora, que possa caminhar independentemente da troca de governo, governos articuladores e promotores da PNPMF.

Ana Luiza de Assis, do Departamento do Patrimônio Genético, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, apresentou o tema “Desafios ao lidar com a biodiversidade na PNPMF”, quando demonstrou a valorização da biodiversidade brasileira e que sua conservação está relacionada aos povos originários, bem como agricultores familiares, entendendo que cada grupo de pessoas tem sua própria relação com aquele ambiente. Ressaltou que apesar de existir uma Convenção sobre Diversidade Biológica e que a mesma está conectada à inovação, por vezes, esses grupos não são reconhecidos da maneira que deveriam, apesar de seus

conhecimentos tradicionais serem indispensáveis à conservação da biodiversidade e ao uso de plantas medicinais. Nesta perspectiva, mostrou que a Lei nº 13.123/2015, que versa sobre a proteção e o acesso ao patrimônio genético, o conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, trouxe um avanço no cenário, antes regulado por uma medida provisória, modificada diversas vezes e que ficou em vigor por quinze anos. Apesar dos avanços, muitas pesquisas são cadastradas no SisGen referindo-se somente ao patrimônio genético, sendo esquecido o registro sobre o conhecimento tradicional associado. Neste sentido, para que haja uma mudança, é necessário realizar um trabalho de conscientização e treinamento na área técnica-científica, que valorize os conhecimentos tradicionais e mostre sua importância. Citou o projeto BRA/18/G31 do Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD), projeto fitoterápico de cadeias produtivas de uso sustentável, acessível e inovador dos recursos da biodiversidade e de conhecimento tradicional associado em cadeias promissoras de valor para fitoterápicos no Brasil. Este projeto trabalha o cultivo e extrativismo das plantas medicinais, o desenvolvimento de produtos de fitoterápicos e a comercialização e dispensação no SUS, tendo como objetivo geral o fortalecimento do setor de fitoterápicos com base no uso de espécies nativas brasileiras e do conhecimento tradicional incentivando o acesso e a repartição de benefícios dos recursos genéticos de forma justa.

MESA 4 CONHECIMENTO TRADICIONAL E CIENTÍFICO NA INOVAÇÃO EM FITOTERÁPICOS

Este é um tema denso, uma vez que tangencia os diferentes modos de geração do conhecimento. A promoção do uso sustentável da biodiversidade, bem como a repartição dos benefícios decorrentes do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, merecem ser revistos para que os diferentes níveis de complexidade da Fitoterapia brasileira possam ser devidamente desenvolvidos. Para tanto, esta mesa contou com três conferências esclarecendo conceitos, bem como avanços e desafios existentes.

Nurit Rachel Bensusan, Coordenadora adjunta do Instituto Socioambiental com atuação em Políticas Públicas na área de conservação da biodiversidade, apresentou o tema “Desafio do conhecimento tradicional em plantas medicinais para o uso e produção”, mantendo o foco no conhecimento tradicional, iniciou sua apresentação levantando a questão política da votação do Marco Temporal, projeto de lei que considera uma ameaça aos direitos territoriais indígenas desde a Constituição de 1988. A palestrante então seguiu com a discussão sobre conhecimento tradicional, a partir de um entendimento mais amplo, diverso e plural, não apenas restrito ao sensu stricto do conhecimento do conjunto de plantas que podem subsidiar a produção de medicamentos, cosméticos ou para outros fins. Apresentou um panorama das comunidades indígenas no Brasil, trazendo dados sobre a sua distribuição no território brasileiro, número de etnias e aspectos culturais. Esse grupo juntamente com outras comunidades tradicionais do Brasil são os detentores desse conhecimento tradicional, por suas peculiaridades e formas de estar no mundo, como as apanhadeiras de sempre-vivas da Serra do Espinhaço de Minas Gerais, quilombolas do Vale do Ribeira (SP), cujas práticas agrícolas tradicionais são reconhecidas pelo IPHAM como patrimônio imaterial e os povos ribeirinhos da Amazônia e Riozinho do Anfrísio, em Altamira (Pará). De acordo com a palestrante: “o conhecimento de muitos povos e comunidades é essencialmente local, conectado com aquele ecossistema em particular”, motivo pelo qual os direitos territoriais são tão importantes, ilustrando com a história do povo Paranoá que após o contato em 1973 foram levados para outro território no Xingú, sofrendo uma redução significativa, a menos de 20%, só retornando ao seu ecossistema em 1993, no local onde reconhecem as suas paisagens e habitam os seus saberes. Esse saber está conectado aos territórios, aos ecossistemas e, também, uma forma de estar no mundo diferente, diversa daquela que temos na sociedade. De acordo com a mesma, “o conhecimento tradicional é um corpo autônomo de conhecimentos, distinto da ciência ocidental” e para tanto propõe três argumentos: (1) os conhecimentos são gerados por meio de paradigma e práticas distintos

daqueles da nossa ciência, os quais podem se converter em fontes de inovação para nossa forma de fazer ciência, como uma outra abordagem, uma outra possibilidade de conhecer o mundo; (2) o conhecimento dos povos indígenas e das comunidades locais é um reflexo de outros modos de viver, diferente dos nossos, que nos mostram outras possibilidades, funcionando como janelas que nos levam para fora da hegemonia totalizante da nossa forma de viver. São modos de viver diferentes dos nossos, mostrando outras possibilidades de vida e de estar no mundo. (3) A eficiência desses conhecimentos no convívio e no manejo da floresta e de outros ambientes é maior do que a própria ciência. Para ela, a sociedade ainda tem um olhar colonial acerca do conhecimento tradicional e que os valoriza erroneamente, representando uma limitação sobre a interpretação dos artefatos culturais, justificando que o ser humano tem a tendência de achar que o conhecimento tradicional é apenas um conhecimento que pode subsidiar a ciência, quando o mesmo é muito mais que isso, e, que a domesticação da mandioca é um exemplo de artefato cultural. São povos diversos, cheios de histórias e com interfaces distintas. Cada comunidade tem sua essencialidade baseada em seus ecossistemas e em suas formas de estar no mundo, de maneira autônoma. Os povos tradicionais mostram para a ciência uma nova abordagem das inúmeras possibilidades de vida, do manejo das florestas e da detenção de conhecimentos nunca antes explorados. Na sua fala ilustrou com a pergunta: “Amazônia: uma floresta cultural?”, apresentando esse ecossistema como resultado do manejo utilizado pelas populações que estão nesse território há doze mil anos, interagindo com a floresta continuamente de uma forma até imperceptível para nós que não temos essa relação tão íntima com a floresta, mas que era uma forma organizada, sofisticada e com profusão de conhecimentos. É sabido que a Amazônia ao longo do século XX foi percebida como um ambiente pouco modificado pelos humanos, mesmo com os relatos históricos dos séculos XVI e XVII da presença de vilas, estradas e trânsito de pessoas e bens, intensos na região. O impacto do contato com essas comunidades tradicionais ocasionou em desarticulação, ocorrência de doenças e escravização. A visão de uma floresta intocada pode ser questionada por achados arqueológicos, inclusive do período Pré-Colombiano, relacionados à espécies nativas vegetais com algum grau de domesticação, paisagens modificadas e evidências da presença de pessoas antes da chegada dos europeus, corroborando a proposta de uma floresta antropogênica. Diante disso, ela provoca o debate questionando se o reconhecimento de medicamentos fitoterápicos é uma forma de valorização do conhecimento tradicional. E, ainda, se é possível resumir o conhecimento tradicional aos princípios ativos, com a composição química, efeitos colaterais, eficácia, segurança e qualidade. Em resposta a sua própria provocação, afirmou que o manejo, o modo de selecionar, coletar, as práticas associadas à administração das plantas e outros aspectos fazem parte desse conhecimento, que deveria ser levado

em consideração, o que em realidade, não acontece, pois este conhecimento serve, no máximo, como um subsídio, sem espaço e tolerância para a diversidade.

Manuela da Silva, gerente-geral do Biobanco COVID-19 da Fiocruz e representante da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência (SBPC) no novo Conselho do CGEn, apresentou o tema “O status atual da Lei n° 13.123/2015” contribuindo com um panorama sobre as importantes novidades e atualizações sobre a lei da biodiversidade, focalizando o funcionamento atual do SisGen. A apresentação pontuou as Câmaras Setoriais: (1) Câmara Setorial das Guardiãs e Guardiões da Biodiversidade, (2) Câmara Setorial da Academia e (3) Câmara Setorial da Empresa. Esclareceu que desde 2015, o Brasil conta com a Lei n° 13.123, que versa sobre o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios. Para gerenciar os cadastros e notificações relacionados ao acesso e repartição de benefícios, os usuários têm à sua disposição desde 2017 o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). Por meio da Câmara Setorial da Academia (CSA) do CGen, criada em 2017, foram solicitadas diversas melhorias ao SisGen, resultando na publicação de várias resoluções que as incorporaram e foram reunidas na Resolução CGen n° 26. O sistema vem sendo ajustado com expectativa de uma nova versão 2.0 disponível até o final de 2023, que permitirá a implementação das funcionalidades necessárias à realização das atividades descritas nesta resolução. Além dessas iniciativas, citou a integração de plataformas da biodiversidade ao SisGen, permitindo que os dados informados ao Estado Brasileiro sejam aproveitados pelo sistema. O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (Sisbio) do ICMBio/MMA foi o primeiro a se integrar. Outras resoluções foram apresentadas, como Resolução do CGen n° 28, que dispõe sobre a Consolidação Normativa das Orientações Técnicas referentes à “data de disponibilização do cadastro pelo CGen”, e a Resolução do CGEn n° 29, que consolida atividades que não são consideradas como de acesso ao patrimônio genético. Informou que as atualizações do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB) e ressaltou que no segundo semestre deste ano seja possível a execução do recurso de quase R\$ 6 milhões de reais. Ao final da apresentação, a palestrante fez menção aos resultados da Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (COP-15), que aprovou o novo Marco Global de Kunning-Montreal da Diversidade Biológica, apresentando quatro objetivos para 2050 e 23 metas de ação até 2030, estabelecendo a ampliação de 15% de áreas conservadas no planeta para pelo menos 30% das áreas e zerar a perda de territórios da biodiversidade. Adicionalmente, informou sobre os grandes avanços com relação às decisões referentes à informação sequencial digital sobre recursos genéticos (DSI) que garantirão a manutenção do acesso aberto aos dados em bancos de dados públicos e a repartição de benefícios por meio de mecanismo multilateral.

Vanderlan Bolzani, docente da UNESP, Coordenadora do projeto BIOTA-FAPESP e ex-presidente da SBPC, apresentou o tema “Os avanços da ciência na bioprospecção”, ressaltando a importância da natureza e da biodiversidade brasileira no contexto da discussão em curso. Comentou que trabalha há 40 anos com plantas da biodiversidade brasileira, mas não de forma tradicional, destacando a confusão existente no país em relação à tradição e coisas populares. Disse ainda, que teve a oportunidade de várias viagens à China, onde existe um olhar muito especial da natureza. Mencionou a importância dos produtos naturais na vida humana, destacando, entretanto, a existência de programas relacionados a esses produtos que nunca foram adiante. Para ela, a natureza não produziu nada especificamente para o homem, mas sim uma maquinaria fantástica que contém substâncias complexas e sofisticadas. A importância de entender a composição das plantas é utilizar esse conhecimento para desenvolver novos modelos moleculares utilizados na síntese orgânica baseada na natureza. Como exemplos, citou a morfina, que atravessou séculos, sendo utilizada como potente analgésico em quadros graves. Citou também, o ácido acetilsalicílico (Aspirina ®), e, recentemente o Epidiolex ® (cannabidiol) que é um derivado da Cannabis, extremamente eficiente para problemas neurológicos. Esclareceu que a Artemisia annua é reconhecida mundialmente para o tratamento da Malária. Nas experiências brasileiras, mencionou como exemplos de grande importância da biodiversidade três fitoterápicos, o Acheflan®, Sintocalmy® e Fitoscar®. Comentou sobre a falta de Políticas de Estado favoráveis à pesquisa na área de fitoterápicos no Brasil, necessárias para a geração de conhecimento, assim como a transferência de conhecimento entre academia e setores empresariais, visando a inovação. Ressaltou a importância do desenvolvimento de uma base de dados de produtos naturais da biodiversidade brasileira. Expressou seu desejo de contribuir para o desenvolvimento dessa base de dados, reunindo informações sobre estruturas moleculares, dados espectrais, espécies vegetais que deram origem ao isolamento de moléculas, bem como as atividades farmacológicas das substâncias isoladas. Esclarecendo a extrema importância dessa base de dados, informou que a revista Nature Reviews em 2015, citou sua base de dados contendo 640 substâncias. Atualmente, são cerca de 4.000 substâncias organizadas. Através da parceria entre a Fapesp e o Chemical Abstracts Service foi possível ampliar o escopo do banco de dados, verificando a existência de 55 mil substâncias relacionadas à biodiversidade brasileira, justificando desta forma, um modelo de base de dados com informações moleculares para o desenvolvimento. Finalizou enfatizando a necessidade de políticas e investimentos para o desenvolvimento de pesquisas na área de produtos naturais, visando inovação e benefícios para a saúde humana.

MESA 5 A TRANSVERSALIDADE DAS DIRETRIZES DA PNPMF

Revendo a trajetória de dezessete anos da PNPMF, nota-se um descompasso entre as dezessete diretrizes na sua implantação. Esta mesa visa discutir a concretude de ações transversais, resultados alcançados neste período.

Vitarque Coelho, representante da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), apresentou o tema sobre o “Programa de Bioeconomia e o Desenvolvimento Regional Sustentável (BIOREGIO)”, iniciando sua fala lembrando da chamada Rota da Biodiversidade, desenvolvida em parceria com a Fiocruz desde 2018/2019. Essa parceria visou aproveitar os recursos da biodiversidade em regiões de baixa renda, na Amazônia, a Mata Atlântica e a Caatinga, para desenvolver produtos fitoterápicos, medicamentos e cosméticos naturais, promovendo trabalho e renda para comunidades tradicionais. O objetivo era conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos biomas, estimulando a inovação tecnológica nesse setor. Vitarque mencionou a cadeia produtiva da erva baleeira como exemplo, destacando seu potencial de agregação de valor ao transformar a droga fresca em droga seca e também em óleo essencial, resultando em um produto industrial, o Acheflan®, assim como a passiflora (Passiflora), disponíveis no mercado desde 2020. Relatou a parceria da Rota da Biodiversidade com o Ministério do Meio Ambiente, detentor de recursos internacionais, que auxiliaram no financiamento para realização de oficinas de planejamento nos arranjos eco-produtivos priorizados pela Fiocruz na Rota da Biodiversidade. As RedesFito/Fiocruz identificaram os arranjos mais desenvolvidos para que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) financiasse projetos relacionados à prospecção de espécies vegetais, o desenvolvimento da cadeia produtiva, o beneficiamento e a comercialização, com seus próprios recursos. No entanto, reconheceu a dificuldade de levar as iniciativas acadêmicas ao mercado e enfatiza a necessidade de uma parceria mais ampla com o setor privado para impulsionar a inovação e o investimento. Mencionou a nova iniciativa do MIDR chamada Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável (BIOREGIO), que busca parcerias com empresas interessadas em investir em cadeias produtivas inovadoras. Por fim, ressaltou a importância da formação de técnicos, especialmente entre os jovens, e a necessidade de maior envolvimento dos Ministérios numa abordagem mais abrangente para a implantação da PNPMF.

Rita Silvana, coordenadora de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade, do Ministério da Educação (ME), apresentou o tema “Mudanças institucionais na aplicação das diretrizes da PNPMF”, enfatizou a importância da transversalidade das mudanças institucionais, destacando a relação entre sustentabilidade socioambiental, conhecimento das comunidades tradicionais e educação ambiental. No âmbito da educação formal, ela destacou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental e a Política Nacional de Educação Ambiental, que estabelecem a transversalidade da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino. Essas normativas fortalecem a importância de um diálogo interdisciplinar e transdisciplinar, bem como o compromisso com a formação de pessoas para a ação sustentável e a construção de sociedades sustentáveis. Ressalta que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental subsidiam a organização curricular das instituições educativas, permitindo a abordagem da sustentabilidade relacionada a plantas medicinais e fitoterápicos, desde a educação básica até a educação superior. Defendeu a inclusão de componentes curriculares sobre o tema e a ampliação para outros espaços e contextos educacionais. Além disso, destacou a importância do reconhecimento dos conhecimentos das comunidades tradicionais, sugerindo que o diálogo com outras políticas e ações, como as escolas sustentáveis e os cursos técnicos e tecnológicos, poderão facilitar as mudanças institucionais. Concluiu afirmando que trabalhar de forma transversal e em consonância com as diretrizes existentes, será possível promover uma sociedade saudável e sustentável em todas as fases da vida.

Ana Luiza Assis, do Departamento do Patrimônio Genético, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima, apresentou o tema “Lacunas nas diretrizes da PNPMF relacionadas ao meio ambiente”, informou que o Projeto GEF-FitoTerápicos é uma parceria com as Rotas da Biodiversidade e tem como objetivo principal promover o desenvolvimento e valorização das plantas medicinais no Brasil. O primeiro diagnóstico do mapeamento das espécies nativas para o projeto foi uma lista de 125 espécies, e destas foram selecionadas 38 espécies promissoras de quatro biomas brasileiros: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado. O projeto está estruturado em três grandes eixos. O primeiro é voltado para o cultivo e extrativismo das plantas medicinais, levando em consideração a sustentabilidade e a valorização adequada das cadeias produtivas. Questões como carga de pressão que as plantas podem suportar no extrativismo, e disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs) são abordadas. O segundo eixo visa o desenvolvimento de novos produtos fitoterápicos, reconhecendo os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais acerca do uso dessas plantas medicinais, que muitas vezes esse reconhecimento não é feito no setor da pesquisa e nem no setor de inovação. No segundo eixo, o projeto visa fomentar a pesquisa e o

desenvolvimento tecnológico, respeitando o marco regulatório sobre acesso e repartição de benefícios no Brasil. O terceiro eixo foca na comercialização e dispensação dos fitoterápicos no SUS. Em sua apresentação, Ana Luiza mostra um mapa com as 16 organizações de base apoiadas no projeto, nos diferentes biomas, trabalhando em conjunto com povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares atendendo às suas próprias demandas. O projeto acontece em doze estados e 35 municípios. Questões como Assistência Técnica Rural (ATER), apoio para certificação orgânica, agroecológica, questões de gênero e gestão de negócios são abordadas, buscando uma maior participação das mulheres e a redução das assimetrias nas cadeias produtivas. Quanto à questão das negociações de acesso e repartição de benefícios, há uma assimetria muito grande nessas cadeias, tanto nas cadeias de desenvolvimento tecnológico de inovação, como também nas cadeias produtivas. Muitas vezes, os povos de comunidades estão presentes só como fornecedores de matéria-prima, o que não é adequado. Eles deveriam estar presentes em todo o processo para terem sua tomada de decisão reconhecida, até porque são esses povos que manejam e conservam a biodiversidade. Produções sustentáveis só se conseguem se tivermos menos assimetria de poder nessas cadeias. No eixo da Pesquisa são destacadas atividades como, identificação de lacunas de pesquisas, apoio de desenvolvimento de novos produtos fitoterápicos, repartição de benefícios, fortalecimento de capacidade para compliance com *Assessment Benefit Sharing* (ABS), promoção de parcerias entre Centros de Ciência e Tecnologia, Indústrias e comunidades, assessoria jurídica para elaboração de acordos de ABS entre Centros de Ciência e Tecnologia, Indústrias e comunidades. São esperados como resultados, 40 atividades de P&D relacionadas à fitoterápicos, dois novos produtos fitoterápicos desenvolvidos e registrados na ANVISA, formação de 120 pessoas em ABS e 10 acordos ABS inseridos no SisGen. A proposta no componente 3 do projeto é de se conseguir de forma transversal minutas de regulamentos, com um olhar técnico e cuidadoso para cada uma dessas espécies, aproveitando-se o potencial da biodiversidade. Pensar em cadeias produtivas de fitoterápicos e plantas medicinais a partir de plantas de extrativismo, com olhar técnico e o cuidado que requer a segurança e eficácia, é necessário, e não só de plantas nativas. Em suma, o Projeto GEF-FitoTerápicos busca promover o desenvolvimento sustentável das plantas medicinais, valorizando os conhecimentos tradicionais, incentivando a pesquisa e garantindo a comercialização adequada no SUS.

Joseane Costa, Coordenação-Geral de Acesso e Conservação dos Biomas, Sociobiodiversidade e Bens Comuns, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, apresentou o tema “Hiato no âmbito do desenvolvimento agrário para implementação das diretrizes da PNPMF”, iniciando sua fala apresentando as ações

do Ministério de Desenvolvimento Agrário relacionadas às plantas medicinais no âmbito da bioeconomia e da sociobiodiversidade. Destacou a estrutura do MDA, composta por quatro Secretarias, que trabalham de forma integrada nessas áreas, acrescentando que desde 2012-2013, o MDA vem desenvolvendo projetos em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. Mencionou projetos, como o Programa Cultivando Água Boa (2012-2013) a partir de um acordo de Cooperação Técnica com a Fiocruz, com a Itaipu Binacional e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que envolveu a relação entre a produção de plantas medicinais e o Sistema Único de Saúde. Na Secretaria de Agricultura Familiar do MDA foi realizado o mapeamento e diagnóstico da base produtiva nacional em plantas medicinais e fitoterápicos (2014-2016), e durante o período de 2017-2019, o projeto de articulação e governança para a promoção de cadeias de valor de plantas medicinais, com fortalecimento de sistemas produtivos baseados em espécies de plantas medicinais para a promoção da saúde e desenvolvimento territorial sustentável. Os beneficiários dessas ações são agricultores familiares e povos de comunidades tradicionais, tendo sido envolvidos nesses territórios, instituições de ensino e pesquisa, agentes de assistência técnica rural, gestores estaduais e municipais, e empresas do setor de cosméticos, fitoterápicos e alimentos com o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e produtiva, e a promoção da saúde nos territórios. Os projetos estão alinhados com a Agenda 2030, Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização Mundial de Saúde. O projeto de mapeamento conta com parcerias internacionais que trabalham na estruturação das cadeias produtivas, no total de 33 cadeias de valor, até o momento. O projeto visa trabalhar arranjos institucionais e produtivos baseados em plantas medicinais, produtos da sociobiodiversidade para alimentos, cosméticos e fitoterápicos e sempre trabalhando a promoção da saúde, o acesso ao mercado, o desenvolvimento local no contexto da bioeconomia. Esse projeto também envolve capacitações (3.139 beneficiários), controle de qualidade, criação de grupos de governança, intercâmbio de experiências (mais de 26.400 beneficiários), implementação do Programa Farmácia Viva em municípios do Paraná, realização do Seminário Arranjos Institucionais para a Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis também para implementação de Farmácia Viva em Parauapebas-PA, elaboração de diagnósticos com o mapeamento da coleção de plantas medicinais, produção de beneficiamento de espécies de plantas medicinais prestando assistência técnica rural, com a doação de EPIs, balanças de precisão, secadoras, sistemas de irrigação para recuperação de áreas degradadas e promoção da implementação de sistemas agroflorestais, além de atividade de produção de mudas junto ao grupo de trabalhadoras agroextrativistas no Pará. No momento, está em andamento o Acordo de Cooperação com o MDA, MS, Fiocruz e Itaipu Binacional, bem como uma nova fase do projeto chamado ArticulaFito. Os

desafios enfrentados incluem baixos investimentos, capacidade de gestão estratégica limitada e baixa articulação interministerial. As propostas para superar esses desafios incluem o restabelecimento do Comitê Nacional, a revisão das ações estratégicas pela antiga comissão do Comitê, a descentralização da coordenação do programa do Departamento de Assistência Farmacêutica (MS) propondo um grupo gestor do programa e da política com a participação de todos os ministérios e instituições envolvidos, e incluir a sociobiodiversidade e a bioeconomia como componentes relevantes para a atualização da política, tendo em vista a necessidade de ampliação da inclusão produtiva como acesso a mercados diferenciados e recuperação e conservação ambiental pautados em sistemas eco-produtivos para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis.

Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Saúde, do Departamento de Programas Temáticos, da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos – SEPPE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), apresentou o tema “Articulação ou desarticulação das diretrizes da PNPMF no âmbito da ciência e tecnologia”. Iniciou sua fala sobre as ações do MCTI destacando a importância do evento organizado pela Fiocruz, que servirá de base para a reestruturação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ressaltou que a Secretaria de Políticas para Pesquisa e Desenvolvimento do MCTI (SEPPE) atua no planejamento e articulação de políticas relacionadas à formação de recursos humanos, infraestrutura de pesquisa e promoção da pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas, incluindo novos medicamentos fitoterápicos. Informou que a SEPPE se organiza em dois departamentos, o Departamento de Programas Temáticos, com três coordenações gerais (de Bioeconomia e Ciências Exatas, Humanas e Sociais, de Ciências para Oceanos e Antártica, de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias); o Departamento para o Clima e Sustentabilidade com duas coordenações gerais (da Ciência do Clima e a de Ecossistemas). Destacou que a transversalidade discutida em todo o evento é também transversal à SEPPE pois atravessa várias coordenações e áreas dentro do próprio Ministério, abrangendo bioeconomia, ciências para oceanos, saúde, biodiversidade, entre outras. Mencionou algumas iniciativas do Ministério que têm relação com o tema, como a Iniciativa Brasil-Biotec, o Centro Latino-Americano de Biotecnologia com a participação de alguns países Latino-americanos, a Rede Nacional de Métodos Alternativos (RENAMA) para prestar serviços tecnológicos na área de métodos alternativos, a PReMASUL cuja atividade está ligada a treinamento, a Rede Nacional de PD&I em Insumos Farmacêuticos Ativos, a Rede Pró-IFA MCTI, entre outras. O MCTI busca fortalecer a cadeia de fitoterápicos e insumos farmacêuticos ativos (IFAs), com foco no desenvolvimento, produção e inovação nessa área. Anunciou a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, vigente até 2022 sendo prorrogada até

final de 2023, cuja atualização será realizada pelo MCTI que pretende realizar a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia no primeiro semestre de 2024, quando serão inseridos novos temas estratégicos alinhados com os objetivos do desenvolvimento sustentável. Como um dos planos de ação da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, descreveu o Plano de Ação em Ciência e Tecnologia para a Saúde que é dividido em seis linhas temáticas: ensaios pré-clínicos, métodos alternativos à experimentação animal; prevenção, controle, diagnóstico e tratamento de doenças transmissíveis emergentes e reemergentes; diagnóstico e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis; fronteiras do conhecimento, particularmente em medicina personalizada e medicina regenerativa, incluindo células-tronco e terapia celular e, por fim, a pesquisa clínica que tem sido um dos gargalos identificado para o desenvolvimento da cadeia de fitoterápicos no País. Destacou que o MCTI só conseguiu voltar a financiar novos projetos estruturantes e de grande vulto, graças ao descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (FNDCT). Além disso, são mencionadas ações relacionadas à inovação da agropecuária sustentável com três grandes linhas de fomento que é o fortalecimento da competitividade da agropecuária nacional, agropecuária sustentável, formação, recuperação e renovação de áreas de pastagens degradadas, e uso de insumos agropecuários mais sustentáveis. Relatou duas Iniciativas em andamento, a Pronasolos e a FertBrasil para trabalhar ciências do solo, nutrição de plantas e fertilizantes, além de mais duas iniciativas do MCTI para tratar da nutrição de plantas e defensivos agrícolas sustentáveis. A iniciativa lançada pelo CNPq para fomentar projetos dentro de Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), e outra para subvenção econômica na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para fomentar o desenvolvimento desses projetos dentro de empresas. Essas chamadas públicas e parcerias com empresas e instituições de pesquisa são destacadas como formas de impulsionar a pesquisa, desenvolvimento e inovação nesse campo. Ressaltou a importância de superar gargalos, como a dependência de importação de insumos farmacêuticos ativos e a realização de ensaios clínicos, destacando também a necessidade de promover a articulação entre o setor privado e as ICTs. Também é destacada a relevância da biodiversidade brasileira no desenvolvimento de novos medicamentos, especialmente diante do desafio crescente da resistência antimicrobiana.

Daniel Nunes, Representante do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde, apresentou o tema “O papel do Ministério da Saúde como coordenador do programa”, abordou inicialmente a importância da transversalidade na PNPMF, ressaltando que a integração entre diferentes setores e ministérios é fundamental para alcançar resultados positivos e que o objetivo geral da política é garantir o acesso seguro e racional às plantas medicinais e fitoterápicos, levando em

consideração a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento da indústria nacional. Destacou a relevância da educação e da formação de profissionais capacitados em Fitoterapia mencionando a falta de cursos de graduação que abordem plantas medicinais e fitoterápicos, o que impacta negativamente no desenvolvimento da cadeia produtiva e no cuidado aos pacientes. Disse que essa lacuna na educação superior é um obstáculo a ser superado para promover o uso seguro e racional dos fitoterápicos enfatizando que os fitoterápicos são medicamentos e, portanto, requerem uma abordagem transversal cuidadosa devido aos seus efeitos colaterais, destacando a importância de uma rede bem estruturada que considere aspectos como preservação ambiental, repartição justa de benefícios e uso racional de medicamentos. Mencionou o trabalho conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Programa GEF-Fitoterápicos, evidenciando a necessidade de uma cooperação entre os Ministérios para alcançar os objetivos da Política na importância de fortalecer as instâncias relacionadas à Fitoterapia. Apontou para a recriação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos como uma oportunidade para discutir questões relacionadas à cadeia produtiva, inclusão de novos fitoterápicos na listagem da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e sua introdução no Programa Farmácia Popular. Acredita que a atual gestão do Ministério da Saúde é favorável a essas perspectivas e enfatiza a importância de não enfraquecer, mas sim fortalecer as instâncias relacionadas à Fitoterapia. Concluiu, convocando todos a promoverem a Fitoterapia com uma abordagem pragmática, baseada em critérios científicos e de saúde. Expressou confiança na vontade dos participantes do Webinário envolvidos na implementação da PNPMF em desenvolver o acesso seguro, o uso racional e o cuidado com os fitoterápicos.

Norberto Rech, Titular pela Anvisa na elaboração do Programa da PNPMF, apresentou o tema “A regulação prevista nas diretrizes da PNPMF”, relembrou que fez parte do processo de formulação da Política e do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e vem acompanhado a Política ao longo dos anos. Destacou a importância da intersetorialidade na PNPMF, que foi construída com base em diversas contribuições e lembra que um Seminário Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos realizado em 2004 foi fundamental para sua formulação que gerou recomendações que fizeram parte do relatório final da 1ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica que depois originou a Política Nacional de Assistência Farmacêutica também com características intersetoriais que foram incorporadas na Política Nacional de Assistência Farmacêutica, evidenciando a interseção entre diferentes áreas. O palestrante ressaltou que a intersetorialidade é essencial para garantir o acesso das pessoas aos fitoterápicos como parte da atenção à saúde, sendo, portanto, essencial a discussão de quaisquer questões relacionadas à intersetorialidade dessa política

como sendo de interesse do Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida, abordou a importância da regulação sanitária na PNPMF, elogiando as ações técnicas da ANVISA nos últimos anos, ressaltando a necessidade de um diálogo produtivo e positivo para identificar as necessidades da sociedade e regular as plantas medicinais e fitoterápicos de forma segura e eficaz. Questionou a flexibilidade da regulação sanitária, a utilização de plantas nativas e a participação dos diferentes atores no processo regulatório. Destacou a importância de tratar a PNPMF como uma política de estado, com impactos significativos na saúde, economia, cultura e desenvolvimento sustentável do país. Sugeriu enfaticamente a necessidade da criação de um Acordo Intersetorial Regulatório para as plantas medicinais e fitoterápicos, coordenado por um coletivo norteado pelos interesses do SUS permitindo uma discussão mais aprofundada sobre a regulação sanitária adequada ao Brasil. O palestrante evidenciou a importância de ir além da discussão superficial sobre regulamentos específicos, propondo uma reflexão mais ampla sobre a regulação sanitária mais adequada para o país, com inclusão de representantes do setor produtivo, agricultura familiar, comunidades tradicionais e povos indígenas. Para o palestrante, este Acordo Intersetorial Regulatório consideraria a produção, inovação em saúde e os interesses do SUS, visando disponibilizar produtos e serviços eficazes e seguros para a população.

Glauco de Kruse Villas Bôas, Titular pela Fiocruz na elaboração do Programa da PNPMF, apresentou o tema “O papel da Fiocruz enquanto ICT nas diretrizes da PNPMF”, parabenizou a palestra de Norberto Rech por trazer reflexões e propostas relevantes para a revisitação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos sob a perspectiva de regulação. Disse que é uma contribuição muito importante e pertinente, e menciona a expectativa e afiliação compartilhadas por todos os envolvidos no processo de ampliar o acesso a medicamentos de qualidade no SUS com qualidade e eficácia, numa visão produtiva. Em seguida, ressaltou o enorme desafio que o Ministério da Saúde (MS) enfrenta na coordenação, acompanhamento e avaliação da Política através do Comitê instituído para essa finalidade. Reconheceu que o grande número de diretrizes, subdiretrizes e ações dificulta a gestão do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tornando-a praticamente impossível. Argumentou que a Fiocruz está envolvida em todas as áreas e diretrizes do Programa, seja como gestora ou co-gestora, mas que no entanto, a Instituição não conseguiu cumprir adequadamente seu papel, devido à falta de financiamento e à complexidade das ações propostas. Propôs que as instituições de referência assumam as áreas principais do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, e que a Fiocruz, também como instituição de referência, se concentre na área de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico & Inovação, assim como na área de Comunicação e Informação. Destacou ainda, a

importância de Plataformas Tecnológicas para facilitar a troca de conhecimentos e o estabelecimento de parcerias capazes de viabilizar o processo que envolve Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PDT&I). Dessa forma, acredita que a Fiocruz possa realizar o seu papel institucional promovendo a produção de fitomedicamentos e fitoterápicos a partir da nossa biodiversidade. Sugeriu ainda, uma gestão mais efetiva dos recursos, evitando a pulverização dos mesmos. Propôs a criação de um novo Comitê Gestor que assuma de fato a coordenação, acompanhamento e avaliação, permitindo uma nova dinâmica para o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, considerando as políticas transversais do Governo que dizem respeito à Bioeconomia e ao Complexo Econômico Industrial da Saúde. Afirmou que esses são os dois “guarda-chuvas” já estabelecidos pelo Governo Federal permitindo re-estruturar, rever, melhorar a gestão e o financiamento, trazendo maior efetividade ao Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

MESA 6 IMPLANTAÇÃO E FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DA PNPMF

Esta mesa visou resgatar um modelo de gestão previsto na implantação do Programa da PNPMF, bem como o desafio de financiamento para uma política transversal.

Kátia Torres, Consultora em Práticas Integrativas e Complementares, apresentou o tema “Modelo de gestão e características da implantação do programa”, iniciando a sua fala mostrando a cronologia para a criação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, desde 1978 pela Alma-Ata até 2006. Alegou que a PNPMF é parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, sendo um dos elementos fundamentais de transversalidade. Destacou a importância da inclusão de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde para se alcançar um modelo assistencial humanizado, o acesso aos medicamentos, ao conhecimento tradicional, considerando ainda a experiência da CEME, das Farmácias Vivas, argumentando a necessidade de um fluxo político positivo que possibilite a participação do movimento popular, entidades sindicais e conselhos de saúde neste processo.

Comentou que a Política trouxe dezessete diretrizes e setenta e uma sub diretrizes, e o Programa trouxe quatrocentas e trinta e seis ações, na perspectiva da interministerialidade, sob a coordenação do Ministério de Saúde, tendo à frente o Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF/MS) para atingir o objetivo final, que é o acesso seguro, o uso racional, a promoção do uso sustentável da biodiversidade e o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional de plantas medicinais e os fitoterápicos. O programa foi dividido em eixos, como recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento, SUS e regulamentação. Esclareceu que o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi criado junto com a portaria interministerial do programa, tendo o objetivo de monitorar a política principalmente o programa e as ações sendo ele composto pelo governo e sociedade civil. Durante esses anos, foram realizadas 20 reuniões, sendo 17 ordinárias e 3 extraordinárias, com dezenas de reuniões do grupo técnico interministerial. O Comitê teve sua extinção a partir de 28/06/2019 por um decreto, obteve proposta de recriação no ano seguinte, porém somente em 2023 teve o decreto revogado.

Em sua apresentação, a palestrante iluminou os 4 modelos de gestão pública, sendo estes a burocracia, o gerencialismo, a governança e o governo aberto, mostrando que todos têm suas vantagens e desvantagens. Em seguida, falou sobre um modelo lógico de gestão que permita verificar ações inconsistentes e analisar se o programa ou a política está bem ou mal implantada. A criação da ação 20K5 de financiamento para apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS traz

10 milhões, porém a média anual vem caindo, tendo atividades destinadas à adequação de espaço físico das farmácias do SUS no Distrito Federal e nos Municípios, à aquisição de equipamentos e mobiliário destinados ao suporte das ações de Assistência Farmacêutica e à realização de atividades vinculadas à educação continuada voltada à qualificação dos recursos humanos da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica à Saúde. Finalizou ressaltando que precisamos melhorar o financiamento para abranger os outros objetivos contidos na PNPMF, para além das farmácias.

Daniel Nunes, Tecnologista do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde, apresentou o tema “Realizações e dificuldades pós-implantação do programa”, descrevendo a quantidade de desafios e gargalos que o tema envolve. Descreveu algumas frentes de ação, citando os eixos da Política e do Programa, que existem dentro de uma dinâmica temporal. Atualmente, em questões de Assistência Farmacêutica e disponibilidade de Fitoterápicos no SUS, é necessário pensar na tríade “segurança, qualidade e eficácia”, não desmerecendo as informações oriundas das culturas tradicionais. Desta forma, indagou: “Como disponibilizar os fitoterápicos nos SUS?”, respondendo que há possibilidade de ofertá-los pelas farmácias vivas, hortos terapêuticos, ervanarias, farmácias com manipulação e os fitoterápicos industrializados.

Citou Francisco de Abreu Matos, criador das farmácias vivas, e que a partir da Portaria nº 886/2010 do Ministério da Saúde, a Farmácia Viva foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, sendo regulamentada também pela RDC nº 18/2013 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ele, apesar desses avanços, ainda há muitas lacunas em relação ao registro e regularização de farmácias vivas, respaldada no Art. 4º da referida RDC nº 18/2013, que mostra que existem alguns critérios para sua regularização junto aos órgãos sanitários, sendo um desses, a exigência de obtenção da autorização de funcionamento de estabelecimento, solicitada através do “Sistema Sólicita” da ANVISA, contrapondo a práxis estabelecida pelas farmácias vivas, uma vez que para obter tal autorização é necessário o cadastro nacional de atividades econômicas, o que a farmácia viva não apresenta. Neste sentido, propôs que, de alguma forma, é preciso alinhar a práxis das farmácias vivas, como uma atividade transversal junto aos órgãos necessários (ANVISA, Receita Federal, etc), para que as mesmas possam obter essa autorização.

Outro ponto destacado por ele foi que, a partir da observação das demandas oriundas da sociedade brasileira, a expressão da tradicionalidade de uso local

precisa estar explícita, uma vez que exige-se, por exemplo, que os produtos oriundos destas farmácias estejam em conformidade com o Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, que sofreu, ao longo dos anos, um salto considerável na adesão de plantas medicinais e fitoterápicos, mas se encontra ainda incipiente diante da vasta diversidade vegetal existente no Brasil. Diante do exposto, propôs também resgatar essa discussão com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária para incluir mais formulações de plantas nativas.

Outro gargalo apontado, ainda sobre a temática de Farmácias Vivas, é o prazo de validade de 90 dias desses produtos dispostos na prateleira das farmácias, gerando uma quebra na Assistência Farmacêutica de Estados e Municípios. Uma solução proferida pelo palestrante seria uma intervenção junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto aos técnicos responsáveis pela área de plantas medicinais e fitoterápicos, no desenvolvimento de estudos de estabilidade que se apliquem às Boas Práticas, desde que as mesmas sejam padronizadas dentro do espaço de farmácias vivas. Fez um comentário de que quando se observa a implantação da Política e se levanta apenas o modal de Farmácias Vivas, depara-se com inúmeros gargalos que precisam ser sanados de forma clara e objetiva.

Outro ponto destacado, é que a RDC n° 18/2013 da ANVISA trata de uma parte da produção de insumos farmacêuticos ativos vegetais e outra parte voltada para manipulação dos mesmos, o que envolve controle de qualidade. Diante disso, questionou-se: onde está a matéria que regulamenta a produção desses fitoterápicos em si? Não há uma regulamentação que trate de uma parte agrícola, para que ela possa estar regularizada por completo. Outro ponto questionado foi: será que esse modelo de farmácia viva estabelecido pela RDC n° 18/2013 cabe em um modelo de farmácia viva indígena? Respondeu sua questão afirmando a necessidade de se pensar a respeito, pensar o tradicional, nesse aspecto.

Em relação ao Horto Terapêutico, discorreu que são iniciativas extremamente potentes, que existem no território e que podem ser utilizadas nas perspectivas do estabelecimento da Educação em Saúde Ambiental, através de sua promoção no Programa Saúde na Escola, por exemplo.

Sobre as ervanárias, que estão previstas na Lei n° 5991/1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, apontou que não há uma regulamentação da matéria de forma que realmente possam ser úteis ao SUS.

Citou a importância das farmácias com manipulação e dos fitoterápicos industrializados, apontando que nenhum desses modais competem entre si,

especialmente a Farmácia Viva, que tem limitações em tamanho e abrangências delimitadas. Neste tocante, afirmou que a implantação de uma política pública precisa ficar clara e que, tecnicamente, é necessário respeitar limites. Ele apontou que todas as questões salientadas não são preciosismo.

Citou também que, pensando em uma cadeia produtiva, é necessário um olhar especial para a Agricultura Familiar. Neste sentido, aponta que uma boa proposição seria um alinhamento entre o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério da Saúde, em relação a elaboração de mapas e manuais de boas práticas agrícolas em geral e uma certificação específica, especialmente às espécies de plantas medicinais com cultivos mais complexos. É necessário também ter um conceito de planta medicinal que extrapole o conceito de Insumo Ativo Vegetal, que não está claro em nenhum compêndio regulatório. Citou o exemplo que atualmente, as indústrias agrícolas estão associadas às indústrias produtoras de insumos, o que diminui demais a abrangência da Agricultura Familiar na perspectiva de compor com a implantação da PNPMF.

Outra lacuna ressaltada por ele, é que não há uma interação entre os atores da cadeia produtiva com a indústria de fitoterápicos, afirmando que é impossível trabalhar de forma isolada, ressaltando que a fitoterapia é uma alternativa econômica viável para o Brasil, uma vez que seja bem desenvolvida, atuando em conjunto com outros atores da cadeia produtiva.

Para ele, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos precisa ser implantada de forma a trazer, de fato, mais saúde que problemas, e estes atravessam matérias de outras esferas como da área Penal, que criminaliza, por exemplo, o curandeirismo, uma prática tradicional. Discorreu que não é raro que detentores e praticantes de certas práticas tradicionais estejam sendo enquadrados em certos crimes salientados no Código Penal Brasileiro. Outro exemplo citado pelo palestrante é a questão da *Cannabis* de uso medicinal, uma vez que é urgente se trabalhar de forma integrada para dirimir as questões das esferas penais.

Em relação ao financiamento, ressaltou que é necessário aumentar a demanda por fitoterápicos em toda sua esfera. Cita o exemplo da demanda por fitoterápicos da Alemanha, que nos anos de 1970 já representava 50%, destacando que no Brasil isso não acontece porque ainda falta investimento e interação entre atores, iniciando o incentivo da demanda desde a inclusão da matéria no ensino, dentre outros. Para isso, é necessário mudança na legislação e isso envolve outras questões e outras esferas, que precisam conversar entre si. Apresentou o nível de investimento no Ministério de Saúde para Farmácias Vivas em pequenos municípios, o que tem gerado bons resultados.

Por fim, ressaltou que é necessário um esforço de resolver esses problemas, antes mesmo de se fazer a implantação da Política Pública, obedecendo a uma lógica espaço-temporal que versa sobre a implantação do assunto na agenda de discussão, o planejamento e outras séries de questões para que possam ser desenvolvidas ações assertivas, justificando a transversalidade da PNPMF.

Paula Gonzaga, Diretora de Operações da REDETEC, apresentou o tema “Aspectos relacionados ao financiamento da PNPMF e sua transversalidade”, contextualizando o conceito sobre financiamento. Para ela, o financiamento envolve um estágio da cadeia de valor que se inicia através de uma política de atuação de Estado que é definida por uma estratégia de ação. Apresentou, então, exemplos de atuação em relação a estratégias que envolvem inovação e competitividade, uso de recursos naturais e gestão sustentável e acesso a medicamentos e cuidados em saúde envolvendo uma cadeia de valor, que se inicia, portanto, com a estratégia de atuação do Estado, perpassando pela formação de uma política, de um marco legal, um programa e por fim, o financiamento. Ela afirmou que, neste sentido, não se consegue dissociar o financiamento (seja de qual forma ele for concedido) da cadeia de valor apresentada, pois este é o caminho que dá viabilidade para que esses agentes de fomento criem seus mecanismos financeiros de apoio.

Neste sentido, ela apontou a necessidade de se pensar que a estratégia nacional de fitoterápicos não está sozinha, fazendo parte de um Sistema Nacional de Saúde que está vinculado ao Sistema Nacional de Inovação, conforme Gadelha e Maldonado mencionam em seus estudos, mas também está vinculado a outras ações estratégicas que o Estado pode proporcionar. Nesta parte, ela explicou como se pode vincular a PNPMF a estratégias de negócios e impactos dentro do território, especificamente de criar condições de geração de renda para uma determinada população, aquela mais fragilizada, em territórios não desenvolvidos. Essas são algumas das interconexões necessárias, mas não esgota o tema, uma vez que as mesmas precisam ser trabalhadas de forma orquestrada, ordenada e efetiva, para implantação de uma política efetiva.

Iniciou outro bloco de exposição, apontando que a política, bem como o marco legal e todos os mecanismos de suporte supracitados estariam vinculados a um ecossistema muito específico, onde se tem as interações não só de governo, mas também interação com a regulação e normatização, bem como em seu núcleo, onde se encontram desde as comunidades e cooperativas, fazendo-se necessário se ter um apoio importantíssimo de Municípios e Estados e também uma forte articulação com as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação, as universidades e as startups para que ocorra a transferência de conhecimento, saberes e o desenvolvimento tecnológico e científico. Afirmou ainda, que para cada tipo de

interação supracitada é necessário um tipo de financiamento específico, para que de fato, a PNPMF seja viabilizada.

Neste sentido, a palestrante trouxe uma contribuição dando o exemplo de um financiamento na perspectiva lógica de uma cadeia produtiva, demonstrando duas formas de se pensar a respeito: a primeira, que se pensa desde um financiamento para pesquisa básica, indagando-se: “Qual é o financiamento para pesquisa e desenvolvimento necessário para que haja acesso à mudas para plantio, de forma que se estabeleça um padrão e uma escala produtiva de um determinado fitoterápico?”, respondeu sua questão falando que este tipo de financiamento é diferente daquele quando interrelacionam empresas e universidades, preocupadas por produzir insumos, por exemplo. Levantou outras questões como: “Qual seria o tipo de financiamento de uma empresa que segue uma lógica verticalizada no sentido de apoio a uma comunidade que trabalha com plantio?”, ou seja, fala-se aqui de outros tipos de demandas, como identificação de gargalos, secagem, equipamentos específicos para as cooperativas que nem sempre as instituições de fomento contemplam, transporte, processo, capacitação da comunidade, tudo isso faz parte do processo de financiamento. Se não se comprehende os gargalos existentes em cada elo da cadeia produtiva, não se entende o tipo de financiamento ideal. A segunda forma apresentada por ela, foi quando a que se tem um material já coletado da natureza, neste caso, existem outras demandas, outros gargalos, outra organização local, que precisam ser apoiados por outros tipos de financiamento.

Outro ponto destacado pela palestrante, é identificar o foco estratégico por trás do fomento, isto é, quais seriam os projetos denominados estruturantes. Ela deu um exemplo de projeto estruturante comentando sobre o Centro de Biotecnologia da Amazônia, que apesar das críticas, houve uma necessidade de uma demanda e uma política de criação, assim como outros projetos. Isso faz pensar que o olhar deve estar voltado para como cada financiamento contribui com a política que se quer o investimento, neste contexto, propõe que se tenha um Projeto de Estado para que o mesmo possa contribuir mais efetivamente em relação aos financiamentos descritos, pensando no “varejo” e no “atacado”, como colocou em sua fala. Neste momento, a palestrante aponta também que o foco pode estar relacionado aos demais atores do ecossistema relacionado, tendo um financiamento específico para cada tipologia de empresa, especialmente em startups, uma vez que esse tipo de empresa possui maior flexibilidade, não esquecendo que o projeto desta empresa precisa ter o foco em toda a cadeia produtiva ou com algum elo de integração, os chamados modelos de negócios. Neste contexto, citou o projeto Ekos da empresa Natura mostrando um modelo de negócio com as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, indagando: “Quanto de subsídio será necessário para

continuar neste modelo exitoso?"; "Quantas empresas possuem modelos de negócios iguais ou até diferentes, mas exitosos quanto ao modelo de negócios supracitado?". Respondeu dizendo que é um desafio se ter um financiamento que abarque estágios e ciclos de tecnologia e processo do produto. Complementou dizendo que se não se tem uma governança dentro da política que organize essa cesta de financiamento, muito provavelmente algo ficará de fora desse fomento.

Apontou que existem instrumentos disponíveis como crédito para cooperativas, fundos municipais e estaduais, fomento advindo do Ministério da Saúde e de outros ministérios, fomentos de pesquisa (CNPq, CAPES), editais, crédito bancário etc. Afirmou que não são poucos os recursos, mas indagou: "Sabe-se utilizar e aplicar estes instrumentos de forma correta, pensando na PNPMF?". Respondeu a sua indagação sugerindo uma tomada de decisão junto a todos os atores da cadeia para desenvolver o melhor modelo de financiamento. Neste sentido, provocou: "Mas será que estes mecanismos serão suficientes?", respondendo que provavelmente não serão. E novamente indagou: "Neste caso, quais seriam os financiamentos que precisariam ser integrados a cesta de financiamentos para consolidação da PNPMF?".

Ressaltou que para que tudo isso ocorra, a PNPMF precisa ser uma política de longo prazo, uma vez que hoje se dispõe de um mecanismo que dura duas rodadas (no máximo 2 anos) e que amanhã não existirá mais. O que é preciso são financiamentos com ciclos, que deem continuidade aos projetos, garantindo sua manutenção, pois projetos que envolvem plantas medicinais e fitoterápicos são projetos que demoram muitos anos, logo os financiamentos devem ocorrer de forma perene e não temporária e sazonal.

Por fim, destacou a importância de um modelo de negócio de milhões de reais, voltando a dar o exemplo do projeto Ekos da empresa Natura e também destacando o projeto da empresa Hypera, que pagou aproximadamente R\$ 190.000.000,00 a outra empresa para deter o "know-how e produção" de um medicamento. Neste sentido, ela destacou que a lógica, a estratégia das grandes empresas envolve um alto financiamento e capital de risco, trazendo à luz a incorporação de qual modelo se pretende trabalhar. Afirmou que quando se trata de território, estamos falando de AEPLs, mas que atualmente estes conceitos não são tão utilizados, mas que são necessários para entender a lógica de se pensar em financiamento. São inúmeras variáveis e é preciso uma estratégia específica para cada AEPL. Finalizou propondo a integração do financiamento do SNI com o Programa, criação de uma governança específica para a Política para financiamento e fomento, mapeamento das cadeias produtivas, o resgate do financiamento dos APLs, sendo fundamental a atenção às interconexões e transversalidades.

MESA 7 NOVAS PERSPECTIVAS PARA O COMITÊ NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS DO PROGRAMA DA PNPMF

No ato de implantação do programa da PNPMF, em 2008, foi instituído seu Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com os objetivos de avaliação da referida política, mensuração de resultados, observar a garantia de acesso às plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, acompanhar o desenvolvimento de tecnologias e inovações nas cadeias produtivas, avaliar o impacto de políticas intersetoriais, como o desenvolvimento sustentável, fortalecimento da indústria farmacêutica, uso sustentável da biodiversidade e repartição dos benefícios decorrentes do acesso aos recursos genéticos de plantas medicinais e ao conhecimento tradicional associado, acompanhar compromissos internacionais, bem como a consonância com demais políticas nacionais.

É digno de nota que este é o único espaço aberto à participação da sociedade civil, uma vez que a mesma não foi convocada para a formulação da política. Desta forma, é importante ouvir os representantes da sociedade civil no que diz respeito a sua atuação no referido comitê nacional, sabendo que seu regimento aponta para uma renovação dos seus membros a cada dois anos.

Esta mesa contou com conferencistas para discutir as perspectivas para este comitê na gestão da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, tendo início com a perspectiva do gestor do programa da PNPMF, o diretor atual do Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF/MS).

Daniel Nunes, Tecnologista do Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde, iniciou sua fala trazendo a discussão da recriação do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ressaltou a importância de ter uma boa representação política a fim de fortalecer ministérios relacionados ao meio ambiente e aos povos tradicionais. Falou do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes do governo e da sociedade civil, que tem atribuição de monitorar e avaliar. Entretanto, acha que a Fitoterapia precisa ser rebelde e contra hegemônica, e não conta com um lobby Fitoterapia. Destacou, por fim, que é fundamental se contar com uma Anvisa ativa.

Aimberê Jardim, Direção de Saúde do Movimento Sem Terra, apresentou a participação do Movimento em vários territórios, atuando com políticas em saúde baseadas em coletivos que exercem a sua prática com base no conhecimento popular e apoio de alguns médicos que também utilizam a Fitoterapia. Relatou a

experiência exitosa durante a epidemia da COVID-19 com baixo número de óbitos registrados, a qual associa às práticas de cuidados em saúde nos territórios. Relatou a importância do projeto do Extremo-Sul da Bahia, desenvolvido em parceria com a Fiocruz, que possibilitou o registro de 700 espécies de plantas medicinais utilizadas pelas comunidades, elaborado por 180 agricultores, chamados de “guardiões do conhecimento”. Ainda, considerou importante a participação do Movimento na composição do novo Comitê Nacional.

Luzia Kalyne A. M. Leal, Presidente Sociedade Brasileira de Plantas Medicinais (SBPM). Em sua palestra apresentou um breve histórico da PNPMF, destacando a importância do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Sentiu falta de dados dos impactos sociais das ações e investimento de editais do governo, necessários para a discussão da adequação dos indicadores que efetivamente permitam visualizar os resultados obtidos, necessários para a mobilização da sociedade civil. Apresentou um trabalho que fez essa avaliação crítica com profissionais da área da saúde de todas as regiões do Brasil, que elencaram na continuidade dos programas de Fitoterapia os seguintes aspectos: as regulações na área de plantas medicinais e fitoterápicos e a ampliação da presença do programa nos municípios. Com relação aos fatores associados à descontinuidade, foram indicados: mudanças no governo municipal e resistência dos gestores; falta de controle sobre matéria-prima; dificuldades de compra dos insumos; resistência da classe médica em aderir e apoiar os programas de fitoterapia; falta de infraestrutura; falta de regulação e normatização mais adequadas e sensíveis às realidades regionais e locais dos programas de fitoterapia. Causas da descontinuidade: importância e necessidade de maior participação da sociedade civil no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do programa da PNPMF (com profissionais de saúde, usuários e demais profissionais); ambientes e investimento na avaliação dos resultados das ações sociais. Ressaltou a importância das sociedades científicas na contribuição da ampliação e consolidação da PNPMF. Convidou a todos para o XXVII Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil que ocorrerá em 2024 no Ceará.

Mary Anne, Presidente da Associação Brasileira de Farmácias Vivas (ABFV), relatou ter participado como suplente do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do programa da PNPMF, composto por vários ministérios e representantes da sociedade civil, quando observou que nas discussões eram colocados os problemas, porém sem levar às soluções, relatando ainda a falta de integração com outros ministérios e a força da indústria farmacêutica, reduzindo o espaço para a manifestação de representantes das farmácias vivas e demais setores sociais, dando um exemplo de um professor que publicou trabalhos

internacionais e não sendo valorizado no debate do Programa, apesar do fato da existência da Portaria Interministerial nº 2.960, que em seu Art. 3º, parágrafos III e V, descreve a competência do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e suas áreas de atuação. Ressaltou que a Farmácia-Viva é um campo de inspiração e não está distante da indústria farmacêutica, levando a Fitoterapia para as unidades de saúde em todos os seus níveis de complexidade. Lembrou a frase do Professor Francisco José de Abreu Matos definindo farmácias vivas: “*são unidades farmacêuticas instaladas em comunidades governamentais ou não governamentais, onde seus usuários recebem medicação preparada com plantas que tiveram confirmação da atividade a elas atribuídas, colhidas nas próprias hortas, que permitem a seus usuários, o acesso a um elenco de plantas verdadeiramente medicinais e seus produtos*”. Falou ainda que existe um projeto de lei, visando a formalização conceitual das farmácias vivas a ser discutido na Câmara, e que o Comitê deveria ter uma visão de integração da mesma. Ressaltou a importância das farmácias vivas também no desenvolvimento de fitoterápicos e propôs uma efetiva representatividade na reestruturação do Comitê, como também a organização de Comitês regionais.

Lourdes Laureano, Representante da Associação Nacional de Agroecologia (ANA), ressaltou que o principal objetivo da PNPMF é o acesso a plantas medicinais. O Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi criado pela Portaria Interministerial nº 2960/2008, juntamente com a aprovação do Programa de implementação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, e constitui o único espaço aberto à participação da sociedade civil. Destacou a importância de estar participando deste Webinário para apresentar sua contribuição. O Comitê, que é responsável pelo monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) permaneceu inativo nesses últimos anos e agora a sua reativação é de grande importância para os movimentos e organizações sociais e comunitárias, o que interessa à ANA. Salientou que a diretriz nº 10 e as diretrizes que se referem a produção de fitoterápicos para movimentos sociais e populares. Mencionou a “Farmacopeia Popular do Cerrado”, propondo que fosse utilizada como referência, junto aos outros documentos oficiais como o Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, citando ainda que consideram o relato de “cura” do usuário como uma informação relevante, como também os remédios caseiros produzidos pela Articulação Pacari. Para ela, o produto nacional fitoterápico é um produto da sociobiodiversidade. Destacou que os remédios caseiros, preparados por raizeiras, ainda dependem de regulação. Apresentou suas sugestões a serem consideradas no âmbito da PNPMF, entre as quais estão o uso sustentável da biodiversidade, a valorização e a preservação dos conhecimentos tradicionais associados às plantas medicinais, o fortalecimento da agricultura familiar, a geração

de renda, a inclusão social, a participação popular e controle social, a ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do SUS, e o desenvolvimento tecnológico e industrial. Sugeriu para composição no Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do programa da PNPMF: (1) continuidade da representação por bioma (indígenas, quilombolas, representantes de terreiro, agricultura familiar tradicional, raizeiras, ervaneiros, curandeiras, mateiros) que poderiam prestar um serviço de atenção no SUS, contribuindo na Atenção Primária, provendo plantas medicinais e remédios caseiros, com apporte de plantas produzidas de acordo com os critérios da agroecologia, livre de agrotóxicos, produzidas em áreas livres de mineração e outros; (2) ampliar a participação de corpo jurídico de apoio às comunidades tradicionais quanto à repartição de benefícios e proteção do patrimônio genético; (3) criar cooperativas para o fortalecimento da agricultura familiar; a geração de renda; a inclusão social; a participação popular e controle social; a ampliação das opções terapêuticas e melhoria da atenção à saúde aos usuários do SUS; e o desenvolvimento tecnológico e industrial. Salientou que gostaria da participação de indígenas, quilombolas, produtores e detentores do conhecimento tradicional no Comitê, contribuindo na atenção primária do SUS, na perspectiva de contribuir para o cumprimento das diretrizes do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, principalmente as diretrizes relacionadas ao Conhecimento tradicional e as diretrizes relacionadas ao Manejo e produção de plantas medicinais, e fortalecimento da agricultura familiar, saudamos a iniciativa de revisitar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. A partir da perspectiva da centralidade da biodiversidade brasileira na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, faz-se necessário alertar para a realidade da sociobiodiversidade, que produz conhecimentos, faz o uso sustentável e conserva os recursos da diversidade biológica em seus territórios tradicionais. Portanto, considerar as pautas socioambientais também faz sentido e amplia a dimensão de uso sustentável da biodiversidade brasileira. Ela identificou também que no Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos existe uma correlação com os princípios da agroecologia, defendida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Neste sentido, a ANA tem desenvolvido ações em defesa da segurança alimentar e nutricional, de combate ao uso de agrotóxicos, combate à mineração e aos transgênicos, principalmente nos territórios que produzem alimentos e plantas medicinais, como um direito à saúde. Neste contexto, também amplia a dimensão de segurança e qualidade sobre o uso de plantas medicinais, que é um dos fundamentos do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. E para finalizar, ressaltou que é necessário o fortalecimento da participação popular no Comitê.

Ana Cláudia Dias, Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), relembrou a participação da ABIFINA, de longa data, na discussão do tema sobre a PNPMF, apontando que as diretrizes da mesma influenciam fortemente para a estruturação e o fortalecimento das cadeias produtivas locais, promovendo assim uma diminuição da dependência tecnológica do Brasil. Ressaltou que uma das falhas apontadas que ainda persiste, é o fato de que a pesquisa básica caminha independentemente da pesquisa aplicada, indicando esta como uma fraqueza, porque muitos dados resultantes da pesquisa básica são publicados na forma de artigos científicos ou dissertações e teses, enquanto os estudos pré-clínicos nem são iniciados. Para ela, foi possível perceber que, anos após a publicação do decreto que introduziu a PNPMF, poucas diretrizes foram cumpridas, devido aos entraves causados pela lei de biodiversidade e a falta de fomentos específicos para a cadeia produtiva. Apontou ainda que o forte desestímulo para o desenvolvimento de fitoterápicos a partir da biodiversidade brasileira foi causado pela insegurança jurídica da antiga Medida Provisória nº 2.186/01, culminando em altas multas e na demora da regulamentação da Lei da Biodiversidade e disponibilização do SISGEN, refletindo sobre toda a cadeia produtiva, reduzindo drasticamente a demanda por matérias-primas nacionais. Neste sentido, a ABIFINA tem trabalhado para fomentar o surgimento e a manutenção das políticas públicas, fortalecendo a cadeia produtiva e o uso da biodiversidade brasileira. Destacou ainda, a importância de cada um dos componentes da cadeia produtiva de fitoterápicos e as dezessete diretrizes da PNPMF, ressaltando a importância da articulação dos atores e aspectos do porque revisitar a PNPMF, como: enxergar a realidade da complexidade da política e do programa; estabelecer a real interação entre os diversos atores, principalmente interministerial; disseminação do conhecimento agronômico das plantas medicinais; atualização constante da RENAME; superação dos aspectos regulatórios relacionados ao cgen; necessidade de inserção do tema nas faculdades de Medicina e Agronomia; reconhecimento e valorização do CTA para geração de inovações; consolidação do uso de plantas da biodiversidade brasileira na P,D&I; concurso/contratação para entrada de servidores no DAF e na ANVISA; ação ministerial para implementação do Programa e da Política e dar continuidade às políticas públicas como Política de Estado e não de governo. Nessa perspectiva, destacou as oportunidades para o Brasil, país megabiodiverso capaz de produzir os seus insumos sem depender de IFAs do exterior, e também: os avanços nas normativas regulatórias (ANVISA e CGEN/SISGEN); participação do Brasil no protocolo de Nagoya e o conhecimento da lei brasileira de acesso ao PG e CTA; possibilidade de interação e valorização das comunidades tradicionais; entendimento do INPI para proteção intelectual de produtos com biodiversidade; disseminação do controle sobre medicamentos fitoterápicos fraudulentos (CNCP);

melhoria das questões regulatórias e legais relacionadas ao uso medicinal da Cannabis; percepção de início de mudanças nos diversos fomentos à cadeia produtiva; esperança renovada com o novo governo federal e aumento da percepção da necessidade de uma política de Estado. Considerou que a contribuição da ABIFINA em relação ao estabelecido pela PNPMF se faz presente no Comitê Farmo e Bio para fortalecimento da cadeia produtiva de medicamentos fitoterápicos, na base de dados de patentes e medicamentos com matéria-prima da biodiversidade (IFA), na elaboração e disponibilização do Manual de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado no site da Associação e na realização de capacitações e interação e união com entidades parceiras para ações conjuntas (ABIFINA, ABIQUIFI e ABIFISA). Como resultados apresentados, destacou artigos publicados na Revista Fitos®, um sobre uxi-amarelo e outro sobre o monitoramento de patentes como fonte de informações estratégicas.

Julino Soares, Representante da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI), expôs o desejo de comunicar para a sociedade as responsabilidades da Abiquifi, iniciando sua fala com o objetivo geral da Política e limitações na análise de dados, no caso de políticas públicas. Mencionou que toda política pública tem que ter uma análise objetiva e que o Brasil tentou implantar várias políticas. Abordou ainda, o desenvolvimento de medicamentos em três aspectos: paciente e sociedade, sistemas tradicionais de saúde e o medicamento no organismo. Ressaltou que o Brasil, como membro da Uppsala Monitoring Centre, atende à convergência quanto aos aspectos regulatórios, o que por vezes limita o gestor público. Para ele, a Fitoterapia é uma herança cultural da população e é extremamente complexo fazer a avaliação de risco. Trouxe a questão do medicamento Talidomida e falou da importância de treinamento para o profissional da saúde em relação à prescrição, considerando a relevância social e cultural. Outro ponto abordado por ele foi a questão da alfabetização científica da população e a importância de avaliar a força dos trabalhos científicos.

Anny Trentini, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção à Saúde (ABIFISA), fez um breve relato histórico da importância da ABIFISA, componente do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Neste sentido, ressaltou que a PNPMF é muito clara nos seus objetivos, onde destaca que os fitoterápicos constituem importante fonte de inovação em saúde, sendo objeto de interesses empresariais privados e fator de competitividade do Complexo Produtivo da Saúde. Esse contexto impõe a necessidade de ações transversais voltadas ao fortalecimento da base produtiva e de inovação local e à competitividade da indústria nacional. Descreveu ainda, que durante estes dezessete anos de vigência da PNPMF, os setores envolvidos no

Complexo Industrial de Fitoterápicos esperavam que as ações decorrentes desta política, refletissem melhorias no acesso da população aos medicamentos fitoterápicos, inclusão social e regional, desenvolvimento industrial e tecnológico, além do uso sustentável da biodiversidade brasileira. No entanto, o que se tem atualmente é um Complexo Industrial de Fitoterápicos lutando para a viabilização de suas atividades, em um contexto regulatório extremamente rigoroso que traz, muitas vezes, insegurança ao setor, sem nenhum apoio governamental para seu desenvolvimento e disputando mercado com produtos não regularizados que prejudicam o crescimento econômico do Brasil. Ressaltou ainda, que o setor evoluiu do ponto de vista tecnológico, tendo condições de crescimento, necessitando de uma política de governo que apoie as iniciativas de inovação e demanda destes produtos para que toda a cadeia envolvida neste Complexo, desde o agricultor até o consumidor, passando pelas empresas transformadoras e prescritores, possam se beneficiar da biodiversidade brasileira. Na sua apresentação destacou alguns grupos: complexo industrial em saúde, pesquisadores e institutos de pesquisa, grupo varejista (transportadoras, distribuidores, agências reguladoras), usuários e a indústria de fitoterápicos que representa hoje 2% do mercado nacional (10% de plantas nativas). Diante do exposto, indagou: “Por que a indústria nacional não cresceu?” “E as empresas de pequeno e médio porte que não ampliaram, qual é o impacto no setor farmacêutico?”. A estas questões, a palestrante respondeu que as diretrizes buscaram atender todos os segmentos, porém as ações foram parciais, sem trazer praticidade para efetivação final. Comentou que algumas indústrias do segmento não conseguem se manter devido às altas taxas e impostos, e que o custo de um medicamento fitoterápico é muito alto, com uma cadeia bastante complexa, cujo desenvolvimento leva anos, tendo em vista a existência de um desenvolvimento agrícola sustentável, padronização de extrato, padrões de referência, profissionais capacitados e o cultivo. Além disso, ressaltou que existem apenas doze espécies de plantas na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e que poucas são nativas, e que há poucos profissionais prescritores de Fitoterapia.

Salientou que o Comitê necessita da presença de vários biomas e gerenciamento centralizado, sugerindo que exista uma entidade gerenciadora do Comitê, com grupos de trabalho que falem dos diferentes biomas, com metas claras, sem a expectativa de resolver todos os problemas do país, caracterizado pela complexidade e diversidade. Diante do exposto, destacou que as empresas e indústrias estão abertas a participar da discussão e participação para a promoção e a utilização da Fitoterapia.

José Carlos Tavares, Representante do Consórcio Acadêmico Brasileiro de Saúde Integrativa (CABSIN), iniciou sua fala trazendo a necessidade de alternativas viáveis para fortalecer o uso das plantas medicinais e a Fitoterapia no Brasil. Destacou a estrutura do CABSIN, as parcerias nacionais e internacionais, bem como a criação de comitês científicos, informando ser o Coordenador Adjunto do Comitê Técnico Produtos Naturais Aplicados à Saúde. Comentou também sobre um Congresso que teve a participação de vinte e quatro países sobre a valorização de plantas medicinais e Fitoterapia nos países participantes. Destacou ainda, o bioma Amazônia, citando algumas espécies, salientando que no Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira (2^a edição) há poucas espécies de plantas medicinais nativas, o que considera como um dos gargalos para a pesquisa e consequentemente de resultados que pudessem ser incorporados como base para elaboração de monografias. Ele acredita que o CABSIN pode contribuir para o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

ENCERRAMENTO

Leitura da Carta do Webinário para encaminhamento à Sra. Ministra da Saúde

O encerramento culminou na leitura da Carta de Encerramento do Webinário a ser encaminhada à Ministra da Saúde Nísia Trindade e demais autoridades elaborada pela organização do evento e está descrita a seguir:

Prezada Ministra da Saúde, Sra. Nísia Trindade,

O Webinário Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) revisitada, realizado pelas RedesFito, Centro de Inovação em Biodiversidade e Saúde (CIBS) de Farmanguinhos/Fiocruz, teve por objetivo organizar um debate crítico abordando os principais assuntos relacionados ao escopo da referida Política e de seu Programa. Este debate reuniu representantes do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), Ministério do Meio Ambiente e Mudança de Clima (MMA), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura (MinC), Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especificidades (ABIFINA), Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (ABIQUIFI) e Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção a Saúde (ABIFISA) e instituições presentes na formulação da Política e de seu Programa, além de cientistas, pesquisadores e representantes da Sociedade Civil.

Inicialmente, a distinção entre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), foi esclarecida, abordando a trajetória do movimento pela fitoterapia no Brasil, a abrangência e limites da PNPIC, e as circunstâncias da formulação da PNPMF. Em seguida, a inovação e os desafios ao lidar com a biodiversidade, pontuaram suas convergências na Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Um grande debate promovendo o diálogo entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico revelou os desafios e os avanços no âmbito da política, e trazendo, ainda, o status do marco legal da biodiversidade.

O Webinário abordou a transversalidade das diretrizes detalhadas do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos revelando as dificuldades inerentes à

realização das ações intersetoriais a serem superadas. Foram discutidos ainda os modelos de gestão e financiamento, realizações e dificuldades em quinze anos da implantação do programa. O papel do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Programa da PNPMF foi resgatado e sua reestruturação requerida contemplando representantes dos órgãos de governo e da sociedade civil para realizar seu trabalho à luz dos conceitos da Bioeconomia e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS).

Foi um trabalho árduo e dedicado durante três dias, com discussões acaloradas, que revelaram o quanto essa política é importante para a saúde pública, o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade, o conhecimento tradicional, assim como, para o desenvolvimento produtivo.

Um relatório completo será encaminhado pela FIOCRUZ, posteriormente, para o Ministério da Saúde e para a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde (SECTICS) como uma contribuição para revisão e atualização da PNPMF.

